

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

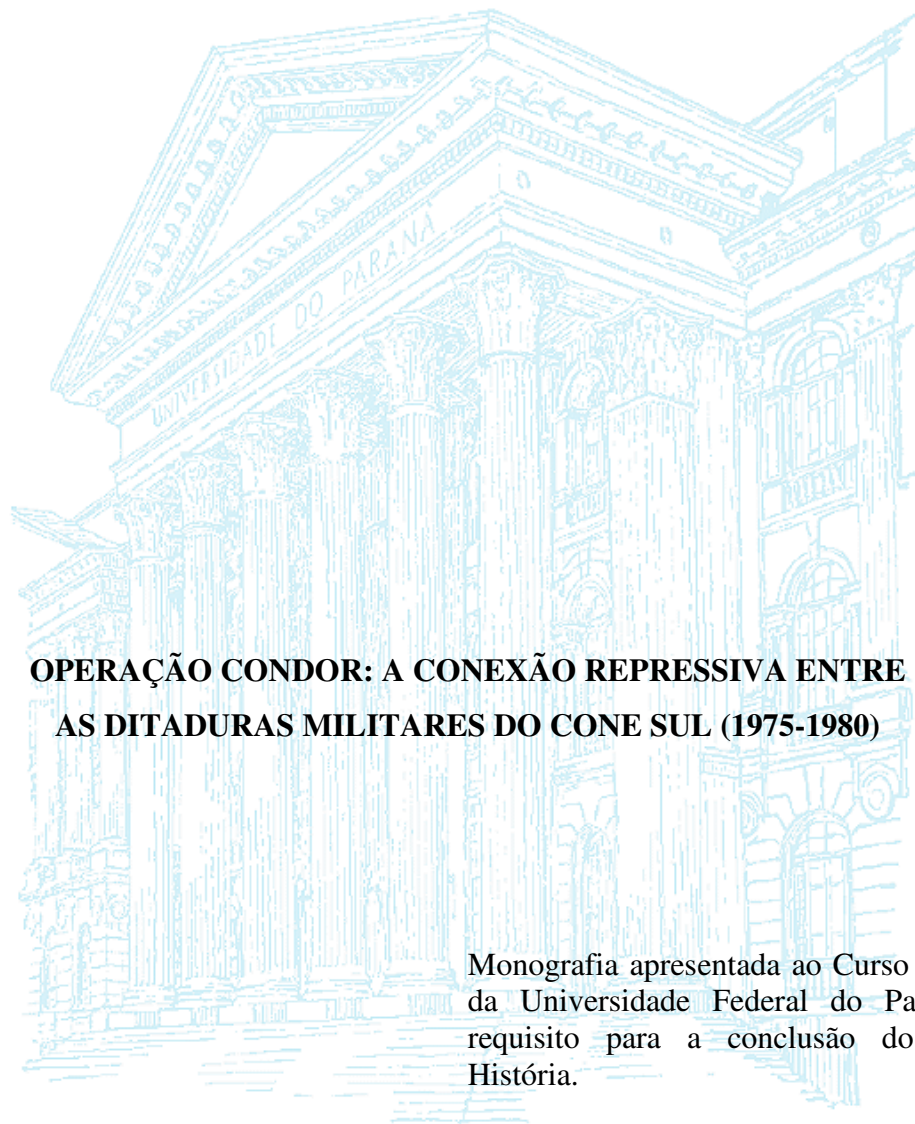
ÉRIC TRATZ HUBIE CARDOZO

OPERAÇÃO CONDOR: A CONEXÃO REPRESSIVA ENTRE
AS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL (1975-1980)

CURITIBA

2009

ÉRIC TRATZ HUBIE CARDOZO



**OPERAÇÃO CONDOR: A CONEXÃO REPRESSIVA ENTRE
AS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL (1975-1980)**

Monografia apresentada ao Curso de História,
da Universidade Federal do Paraná, como
requisito para a conclusão do Curso de
História.

Orientadora: Profa. Dra. Helenice Rodrigues
da Silva.

CURITIBA

2009

ÉRIC TRATZ HUBIE CARDOZO

**OPERAÇÃO CONDOR: A CONEXÃO REPRESSIVA ENTRE
AS DITADURAS MILITARES DO CONE SUL (1975-1980)**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de História da Universidade Federal do Paraná, defendida em 11 de dezembro de 2009 e avaliada pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dra. Helenice Rodrigues da Silva
Orientadora / Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dr. José Roberto Braga Portella
Universidade Federal do Paraná

Prof. Dra. Martha Daisson Hameister (Suplente)
Universidade Federal do Paraná

*Dedico este trabalho a minha família,
Meus pais e meus irmãos.*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Professora Helenice, por toda a ajuda e atenção prestada durante todas as etapas deste trabalho.

A minha família, meus pais Dirceu e Léia, e aos meus irmãos, Felipe e Bruna, pelo apoio e carinho durante todos os momentos.

RESUMO

A Operação Condor consistiu na união entre as ditaduras militares da Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia. Criada em 1975, essa organização transnacional visava estreitar o intercâmbio de informações sobre a “subversão” e a execução de ações conjuntas entre os serviços de segurança das ditaduras. As ações dessa união repressiva tinham como objetivo perseguir e eliminar os opositores dos regimes militares, principalmente guerrilheiros de esquerda e líderes políticos civis. Nosso trabalho mostrará o contexto histórico da Guerra Fria na América Latina, com o surgimento dos regimes autoritários e dos grupos guerrilheiros de esquerda. Identificaremos o papel da ideologia anticomunista na formação dessa organização repressiva. Em seguida, analisaremos as principais ações executadas pelos órgãos de segurança das ditaduras no Cone Sul e no exterior. Explicaremos também o grau de envolvimento do governo dos EUA e do Brasil nessa cooperação repressiva. Por fim, mencionaremos os principais processos judiciais que investigam os crimes cometidos por essa organização.

Palavras-chave: Operação Condor, Regimes Militares, Repressão.

ABSTRACT

The Condor Operation consisted of the union among the military dictatorships of Argentina, Brazil, Chile, Uruguay, Paraguay and Bolivia. Created in 1975, this transnational organization aimed at to narrow the interchange of information on the “subversion” and the execution of joint actions between the services of security of the dictatorships. The actions of this repressive union had as objective to pursue and to eliminate the opponents of regimes military, mainly guerrilla of left and leaders civil politicians. Our work will show the historical context of the Cold War in Latin America, with the sprouting of authoritarian regimes and the guerrilla groups of left. We will identify the paper of the anti-communist ideology in the formation of this repressive organization. After that, we will analyze the main actions executed for the agencies of security of the dictatorships in the South Cone and the foreign. We will explain also the degree of involvement of the government of U.S.A. and Brazil in this repressive cooperation. Finally, we will mention the main actions at law that investigate the crimes committed for this organization.

Key Words: Operation Condor, military dictatorships, repression.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A AMÉRICA LATINA NOS TEMPOS DA GUERRA FRIA	11
2.1 A GUERRA FRIA E O TERCEIRO MUNDO.....	11
2.1.1 O autoritarismo na América Latina	13
2.1.2 Os golpes militares e a criação dos serviços de informação.....	14
2.2 AS DITADURAS NO CONE SUL.....	16
2.2.1 Brasil	16
2.2.2 A Doutrina de Segurança Nacional.....	18
2.2.3 Chile.....	20
2.2.4 Argentina.....	22
2.3 A REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA E OS GRUPOS GUERRILHEIROS DE ESQUERDA.....	24
3 A OPERAÇÃO CONDOR NO CONE SUL E NO EXTERIOR	27
3.1 O ANTICOMUNISMO.....	27
3.2 A CRIAÇÃO.....	30
3.2.1 A Fase dois da Operação Condor	32
3.2.2 Os antecedentes da Condor.....	34
3.3 O GOLPE MILITAR NA ARGENTINA.....	35
3.3.1 As ações na Argentina	36
3.3.2 A cooperação repressiva Argentina-Uruguai.....	40
3.4 A FASE TRÊS DA OPERAÇÃO CONDOR.....	43
4 OS EUA E O BRASIL NA OPERAÇÃO CONDOR E A BUSCA POR JUSTIÇA	46
4.1 O PAPEL DOS EUA.....	46
4.1.1 Os EUA e a Operação Condor	48
4.2 O BRASIL E A OPERAÇÃO CONDOR.....	50
4.2.1 Antecedentes da participação brasileira	50
4.2.2 O seqüestro de estrangeiros no Brasil.....	53
4.2.3 A posição do regime militar brasileiro.....	55
4.3 A BUSCA POR JUSTIÇA.....	56
5 CONCLUSÕES	59
REFERÊNCIAS	62

1 INTRODUÇÃO

Após o fim das ditaduras militares e a transição para regimes democráticos na América do Sul em meados dos anos 1980, tem início, por parte de organizações da sociedade civil, as investigações sobre os crimes cometidos pelas forças de segurança das ditaduras. Nesse período são descobertos vários aspectos da atuação dos órgãos repressivos, sendo que um dos mais secretos e desconhecidos até então diz respeito à atuação conjunta entre os órgãos de segurança das ditaduras militares do Cone Sul, a chamada Operação Condor.

Essa organização foi criada em 1975, tendo como países membros Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Bolívia¹. A montagem dessa organização repressiva possibilitou o intercâmbio de informações entre os regimes militares, bem como a execução de ações conjuntas entre os serviços de segurança das ditaduras. Dentre seus objetivos, essa união repressiva visava perseguir e exterminar os opositores das ditaduras que estavam além das fronteiras nacionais.

Para a execução de seus objetivos, essa organização repressiva era composta de Três Fases. A primeira delas foi dedicada à criação de um banco de dados com informações sobre pessoas de todos os países da região ligadas à subversão, a criação de uma moderna central de informações entre os países membros e o estabelecimento de reuniões de trabalho entre os chefes de inteligência dos países membros².

A segunda fase envolvia a realização de ações conjuntas entre os serviços de segurança dentro dos territórios dos países membros. Com a fase dois, foi possível a troca de prisioneiros sem qualquer registro oficial de entrada ou saída do país, bem como o envio dos agentes das forças de segurança. Nessas operações, os órgãos de segurança atuavam em conjunto na vigilância e detenção do prisioneiro, bem como no seu interrogatório. Após esse momento, o prisioneiro poderia ser executado, ou ser transferido ilegalmente ao seu país de origem³.

A terceira e mais secreta fase dessa organização repressiva envolvia a formação de equipes especiais dos países membros dessa organização que viajariam a qualquer parte do

¹ *Comments On Operation Condor*, 18/04/1977, p.2. <http://www.foia.ucia.gov/browse_docs_full.asp> Acessado em 14 de julho de 2009.

² *Primera Reunion de Trabajo de Inteligencia Nacional*, 29/10/1975, p.156. <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239d/index.htm>> Acessado em 14 de julho de 2009.

³ DINGES, John. **Os anos do condor**. Uma década de terrorismo internacional no cone sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 36.

mundo para eliminar opositores dos regimes militares do Cone Sul. As principais ações dessa terceira fase ocorreram na Europa e nos Estados Unidos.⁴

Assim, é nossa preocupação nessa monografia verificar a atuação da Operação Condor, respondendo as seguintes questões: Quais foram as justificativas políticas e ideológicas dos regimes militares na execução desse plano? Como foi estruturado esse modelo transnacional de repressão? Quais os métodos utilizados pelos militares sul-americanos no combate aos seus opositores políticos?

Para o estudo do nosso objeto de pesquisa, utilizamos como problemática a história cruzada ou história transnacional, pouco praticada pela historiografia brasileira, eminentemente nacional. A história transnacional torna-se mais pertinente para o estudo do nosso trabalho por priorizar as interações e imbricações existentes dentro de um espaço transnacional. Esse modelo acaba destacando os processos de aproximação e influências mútuas presentes no objeto de pesquisa.⁵

Como justificativa para o nosso trabalho, destacamos que ele nasceu a partir de um projeto de Iniciação Científica desenvolvida junto com a professora Helenice Rodrigues durante a graduação, no período de 2008-2009. Durante a pesquisa, encontramos um grande volume de material sobre o tema, que não caberia dentro do respectivo relatório científico. Desta forma, trabalharemos esse objeto de pesquisa dentro da monografia.

Além disso, observamos também que o nosso objeto de pesquisa é pouco explorado no Brasil. Mais conhecido e estudado na Europa (especialmente França, Itália e Espanha) este tema não recebeu ainda a devida atenção por parte da historiografia brasileira, sendo mais conhecido através de textos jornalísticos. Assim, nosso trabalho procurará aprofundar o conhecimento sobre esta temática.

Por isso, é nosso objetivo nesse trabalho entendermos esse modelo transnacional de perseguição aos opositores dos regimes militares. Assim, no primeiro capítulo vamos remontar o contexto histórico em que nosso objeto de pesquisa está inserido, ressaltando as tensões da Guerra Fria e seus reflexos na América Latina; como o papel dos EUA, que tendo a região em sua zona de influência buscou impedir o avanço do comunismo; trabalharemos o surgimento da Revolução Cubana em 1959 e o aparecimento das guerrilhas de esquerda pelo continente; por outro lado mostraremos a ascensão dos regimes militares na América Latina e a criação dos serviços de segurança das ditaduras; ressaltaremos também o papel da Doutrina

⁴ QUADRAT, Samantha Viz. **Operação Condor**: o “Mercosul” do terror. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v. XXVIII, n.1, 2002, p.179.

⁵ KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. In: History and Theory, 42, February 2003, p.42. Wesleyan University.

de Segurança Nacional e seus preceitos básicos, como a defesa da nação e o combate ao comunismo.

No segundo capítulo vamos explicitar os principais aspectos do sentimento anticomunista, que serviram de inspiração aos militares latino-americanos no combate à subversão, mostraremos a criação da Operação Condor em 1975 e o estabelecimento do intercâmbio de informações entre as ditaduras do Cone Sul (a “fase um” da operação), definir os objetivos dessa cooperação repressiva (a perseguição e extermínio de seus opositores) e os métodos utilizados pelas forças repressivas (seqüestros, torturas e execuções); mostrar as ações anti-subversão realizadas entre os órgãos de segurança das ditaduras (a “fase dois” da operação), enfocando principalmente as ações realizadas na Argentina entre as forças de segurança deste país em colaboração com as forças chilenas e uruguaias; mostrar quais foram às vítimas dessa união repressiva (guerrilheiros de esquerda e líderes políticos civis).

Além disso, vamos detalhar as principais ações dessa organização no exterior (a fase três da operação), realizada principalmente pela ditadura chilena, que tinha como objetivo executar os exilados políticos das ditaduras sul-americanas que estavam refugiados na Europa e nos EUA.

No terceiro capítulo do nosso trabalho, vamos identificar o envolvimento do governo americano nesse esquema repressivo, explicitando também a política anticomunista do país na América Latina, baseada no apoio aos exércitos latino-americanos como aliados na defesa contra o comunismo; ressaltar o papel do país na ajuda financeira aos regimes militares e no treinamento oferecido aos militares em técnicas de contra-insurgência.

Explicitaremos também a participação do Brasil na Operação Condor, desde as ações repressivas no exterior, que tem início antes mesmo da criação dessa organização; bem como identificar qual foi o envolvimento do país nesse organismo repressivo, através de sua participação nas fases um e dois da operação. Por fim, mostraremos a busca por justiça após a redemocratização, destacando as principais ações da Justiça de países europeus e da América Latina na investigação e punição dos militares sul-americanos envolvidos em crimes relacionados com essa união repressiva.

2 A AMÉRICA LATINA NOS TEMPOS DA GUERRA FRIA

2.1 A GUERRA FRIA E O TERCEIRO MUNDO

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a aliança forjada entre EUA e URSS para derrotar a Alemanha Nazista foi desfeita. Com a Europa destruída pela guerra, os centros de poder mundial transferiram-se para as duas superpotências vitoriosas do conflito, Estados Unidos e União Soviética. Tem início a chamada Guerra Fria (1947-91) a disputa político, militar e ideológica entre os Estados Unidos, líder do bloco capitalista, e a União Soviética, líder do bloco socialista. O permanente estado de conflito entre as duas superpotências influenciou todo o planeta; no caso específico da América Latina contribuindo para polarizar os atores políticos e as divisões ideológicas. O surgimento dessa união entre as ditaduras militares do Cone Sul explica-se dentro desse contexto histórico mais amplo.

Porém, voltando a Guerra Fria, no princípio esse conflito entre as duas superpotências restringia-se à Europa, na qual os dois países estabeleceram suas zonas de influência no continente europeu. As linhas de demarcação foram traçadas a partir das conferências de 1943-45, com a Europa Oriental na zona de influência soviética e a Europa Ocidental na zona de influência americana, sendo a Alemanha dividida entre as forças de ocupação ocidentais e orientais⁶. Porém, as tensões da Guerra Fria não demoraram a atingir o resto do globo, com as duas superpotências buscando novos aliados para entrarem em seus blocos. Como afirma René Remond, “a partir de então a estrutura das relações internacionais se torna bipolar: tudo se reduz ao enfrentamento de dois blocos, tudo se ordena em relação a um ou outro dos dois pólos”⁷. Porém esse formato bipolar começa a ruir a partir da década de 1950, com o surgimento do chamado Terceiro Mundo. Paul Kennedy nota que uma grande tendência na política de poder do século XX, a ascensão das superpotências, estava começando a interagir com outra tendência mais nova – a fragmentação política do mundo⁸. Essa fragmentação dará origem no pós-guerra a um grande número de novos países, conhecidos então como o Terceiro Mundo.

O surgimento do chamado Terceiro Mundo está diretamente relacionado com o fenômeno da descolonização e da situação do mundo no pós-guerra, pois o declínio da Europa após o fim da Segunda Guerra contribuiu para o desmoronamento dos impérios coloniais

⁶ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.224.

⁷ REMOND, René. **O século XX**. São Paulo: Cultrix, 1998. p.151.

⁸ KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989. p.374.

européus na África e na Ásia e o surgimento dos movimentos nacionalistas nas colônias⁹. Como afirma René Rémond, foram os europeus que trouxeram a idéia nacional para as colônias. Foi em contato com europeus que elites cultas, minorias intelectuais descobriram o próprio pertencimento a uma realidade também nacional¹⁰. Além do sentimento nacional, os colonos também utilizaram as ideologias européias para justificarem suas aspirações de independência. Esses movimentos coloniais serão assim influenciados pelo liberalismo, socialismo e comunismo¹¹.

Dentro desse contexto, no pós Segunda Guerra, tem início às independências das antigas colônias européias na África e na Ásia, dando origem a mais de uma centena de novos Estado - Nações¹². Esse grupo de novos países, constituído pela Ásia, África e América Latina, seria descrito como Terceiro Mundo precisamente porque insistia na sua distinção dos blocos dominados pelos americanos e soviéticos¹³. Surge assim o movimento dos não-alinhados, que tem sua conferência inaugural em Bandung, em abril de 1955. Esses novos países recém-independentes se preocupavam menos com a Guerra Fria e as tensões entre as duas superpotências, e estavam mais interessados em discutirem as questões envolvidas com a sua própria realidade, como aumentar as pressões pela maior descolonização e a superação de seu “subdesenvolvimento”.¹⁴

Entretanto, a realidade da Guerra Fria também atingiu esses países. Com as fronteiras marcadas nitidamente na Europa, os Estados Unidos e a União Soviética transferiram sua competição para o chamado “Terceiro Mundo”¹⁵. Foram nessas áreas do globo que os embates entre as duas superpotências foram mais diretas, envolvendo desde a intervenção militar (como o caso dos EUA no Vietnã na década de 60, e a URSS no Afeganistão na década de 80)¹⁶ até a nebulosa atuação dos serviços secretos de ambos os países ao redor do globo (CIA e KGB).

Dessa forma, a parte do globo conhecida como “Terceiro Mundo” tornou-se o palco da Guerra Fria e formava, nas palavras de Eric Hobsbawm, uma zona mundial de revolução¹⁷. Era nesta região do globo em que as contradições do capitalismo eram maiores, existindo enormes desigualdades e injustiças sociais, além de um histórico de desrespeito aos direitos

⁹ Ibid, p.374-375.

¹⁰ REMOND, **op.cit**, p.169.

¹¹ Ibid, p.171-172.

¹² KENNEDY, **op.cit**, p.375.

¹³ KENNEDY, **op.cit**, p.375

¹⁴ Ibid, p.375.

¹⁵ HOBBSAWM, **op.cit**, p.242.

¹⁶ Ibid, p.234.

¹⁷ Ibid, p.421.

humanos e autoritarismo político. Esses e outros elementos tornariam o Terceiro Mundo propício para o surgimento de movimentos revolucionários¹⁸. Para a historiadora Maria Paula Araujo, “a crença no potencial revolucionário do Terceiro Mundo – mais que isso: a crença em sua tarefa revolucionária - impulsionou a luta armada na América Latina”¹⁹.

Por outro lado, sabemos que os EUA, que tinham essa região do globo em sua zona de influência, adotaram uma política agressiva para impedir o avanço do comunismo nessa região. A instabilidade do “Terceiro Mundo” seria na ótica dos EUA de responsabilidade da URSS, cabendo ao país intervir para impedir o avanço dos soviéticos nessa parte do globo²⁰. Como afirma Hobsbawm, durante a Guerra Fria os EUA utilizaram de todos os meios para combater essa ameaça: desde a ajuda econômica e a propaganda ideológica até a guerra maior, passando pelo apoio às Forças Armadas locais na realização de golpes de estado²¹.

2.1.1 O autoritarismo na América Latina

Segundo Helenice Rodrigues, uma das interpretações que ajudam a entendermos o surgimento do autoritarismo na América Latina é a noção de “fraqueza da sociedade civil”²². Segundo esse entendimento, a ausência de revoluções burguesas e populares (com exceção do México), no continente latino-americano, permite explicar o afastamento da sociedade civil em relação ao processo político. Segundo Rodrigues, a inexistência de um sistema político, fundado numa verdadeira representação social, que pudesse exprimir os interesses dos diversos grupos sociais, criou um “espaço vazio”, inviabilizando a possibilidade de uma prática da democracia²³. Dentre os fatores estruturais que dificultavam à existência do regime democrático no continente Rodrigues menciona à herança colonial, representada pelos latifúndios, que impediu a formação de uma verdadeira classe camponesa, gerando um tipo específico de organização social e política fundada nas relações de dependências, geradoras, portanto, de uma cultura política autoritária.²⁴

¹⁸ ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: ARAUJO, Maria Paula Nascimento; FERREIRA, Marieta de Moraes; FICO, Carlos; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p.266.

¹⁹ Ibid, p.266.

²⁰ HOBBSAWM, *op.cit*, p.422.

²¹ Ibid, p.422.

²² SILVA, Helenice Rodrigues da. Resistência civil contra regimes autoritários: o exemplo da imprensa alternativa no Brasil. In: SZESZ, Christiane; RIBEIRO, Maria Manoela; LEITE, Renato Lopes. (Org.). **Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, cultura e ideologia**. 1º ed. Bauru: EDUSC, 2003, v. 1. p.93.

²³ Ibid, p.93.

²⁴ Ibid, p.93-94.

Outro fator histórico, segundo a autora, capaz de explicar a fragilidade da democracia na América Latina consiste na política intervencionista dos EUA, que durante a Guerra Fria, consistiu no enfraquecimento dos governos reformistas da região, e na legitimação dos regimes autoritários²⁵. Porém, a democracia na América Latina, apesar de sua fraqueza, tem por fundamento uma legitimidade histórica (a democracia sempre foi um ideal proclamado), enquanto a ditadura nunca deixou de constituir, na visão dos próprios governantes, um regime de exceção²⁶. Assim, as próprias autoridades militares latino-americanas afirmam, em seus discursos à nação, da necessidade do retorno à “normalidade política”, afirmando estarem dispostos à re-instaurarem as instituições democráticas desde que as circunstâncias permitissem.²⁷

2.1.2 Os golpes militares e a criação dos serviços de informação

A partir da década de 1960, segundo o historiador Bernard Droz, poucos foram os países latino-americanos que escaparam a intervenção política do Exército, que aparecia como a única alternativa ao insucesso ou à instabilidade do poder civil²⁸. Para o autor, o corpo de oficiais, saído geralmente das classes médias, aspirava cedo ou tarde em transpor para a vida política nacional os valores de ordem e modernização cultivados dentro da corporação militar²⁹. Dentro desse quadro, surge a partir da década de 1960 na América Latina uma orientação conservadora, caracterizada pela aliança das Forças Armadas com os setores dominantes da sociedade civil, que acreditam que seus interesses políticos e econômicos estão ameaçados pelo comunismo. Esse fenômeno surge também como consequência do apoio à Revolução Cubana nas camadas populares e em certos setores da classe média³⁰.

De acordo com Bernard Droz, o surgimento e a extensão da guerrilha camponesa ou urbana por todo o continente teve como efeito a multiplicação dos golpes de Estado, nos quais os Estados Unidos prestaram apoio de várias formas aos novos regimes militares³¹. Sendo a América Latina zona de influência norte-americana, é antiga e notória a política de intervenção dos Estados Unidos para derrubarem governos que possuem posições contrárias a

²⁵ Ibid, p.94.

²⁶ Ibid, p.94.

²⁷ Ibid, p.94.

²⁸ DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. **História do Século XX**. 3º volume. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. p.224.

²⁹ Ibid, p.224.

³⁰ Ibid, p.224-225.

³¹ Ibid, p.225.

seus interesses políticos e econômicos³². Como exemplos dessa conduta, temos a participação americana no golpe de Estado na Guatemala em 1954, que derrubou o governo esquerdista do Coronel Arbenz³³; a fracassada invasão da Baía dos Porcos em 1961, planejada pela CIA e executada por exilados cubanos, que tinha como objetivo derrubar o regime de Fidel Castro³⁴, bem como a participação do país no golpe de estado que derrubou o governo socialista do presidente Salvador Allende em 1973³⁵, dentre outros casos.

Analisando a situação política sul-americana, o Embaixador dos EUA no Uruguai, em 1976, percebeu que os regimes militares do Cone Sul, excluindo as particularidades de cada país, surgiram em grande parte como uma reação a essa ameaça comunista³⁶. Observamos assim a partir da década de 1960 uma onda de golpes de Estado seguida por regimes militares direitistas na América do Sul (1964 no Brasil e na Bolívia; 1968 no Peru; 1972 no Equador; 1973 no Chile e no Uruguai; 1976 na Argentina)³⁷.

É também uma característica comum, após o estabelecimento dos regimes militares na América Latina, a criação de serviços de segurança, responsáveis pelas atividades de inteligência e repressão às forças contrárias as ditaduras militares. Percebemos também nesse período de Guerra Fria uma mudança de prioridade na atuação dos órgãos de inteligência: até a Segunda Guerra Mundial, os inimigos a serem vigiados e combatidos estão no exterior: são as potências estrangeiras e a ameaça de uma provável invasão territorial. Porém, com o início da Guerra Fria e o surgimento da Doutrina de Segurança Nacional, os órgãos repressivos priorizam a situação interna: o alvo a ser combatida está agora dentro do país, na figura do “inimigo interno”, que seriam os elementos “subversivos” que ameaçam a estabilidade e a segurança da nação. Esta mudança de foco é exemplificada através dos golpes de estado e do surgimento desses serviços de segurança na Argentina, Chile e Brasil, que mostraremos a seguir.

³² As origens dessa influência dos EUA na América Latina podem ser localizadas no século XIX, especificamente na Doutrina Monroe, enunciada pelo presidente americano James Monroe em 1823, e sintetizada na frase “América para os americanos”. A doutrina tinha como objetivo na época reafirmar a independência dos países do continente frente às potências européias e combater as influências dos países europeus na região. Ao mesmo tempo, a Doutrina Monroe serviu para defender os interesses norte-americanos na região.

³³ DROZ, *op.cit.*, p.154.

³⁴ *Ibid*, p.164-165.

³⁵ *Ibid*, p.225-226.

³⁶ *Trends in the Southern Cone*, 20/07/1976, p.2.
<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB125/index.htm>> acessado em 05 de agosto de 2009.

³⁷ FOLHA DE SÃO PAULO. A repressão na América do Sul. São Paulo, 28/12/2007. p.A4.

2.2 AS DITADURAS NO CONE SUL

2.2.1 Brasil

No caso brasileiro, as Forças Armadas começam a desenvolver a área de inteligência a partir dos contatos entre os militares da FEB (Força Expedicionária Brasileira) com os militares americanos durante a Segunda Guerra Mundial. Desses contatos surge após o fim da guerra a Escola Superior de Guerra (ESG) em 1949, inspirada no National War College dos EUA³⁸. Segundo o General Cordeiro de Farias, fundador da instituição, a ESG tinha como objetivo formular uma política de Estado para o Brasil, fundada na ordem, planejamento e racionalização, através da formação de uma elite civil e militar capacitada para dirigir o país³⁹. A partir dos anos 1950, seria formulada dentro da ESG a versão brasileira da Doutrina de Segurança Nacional, que tinha o propósito de formular uma grande estratégia para as Forças Armadas e o Estado⁴⁰. Dentro da formulação dessa política, eram delineados objetivos estratégicos que deveriam ser atingidos pelo país, como o combate ao subdesenvolvimento, a ocupação de territórios despovoados e a defesa das fronteiras⁴¹. Essa política de segurança nacional identificava também os inimigos que impediam a realização desses objetivos, entre eles o comunismo, encarado como força internacional, comandada por potência militar hostil, contando com agentes internos “infiltrados” no corpo social brasileiro⁴².

A formulação da DSN e principalmente do seu anticomunismo latente seria um dos principais elementos ideológicos dos militares e civis que articulavam o golpe contra João Goulart, já que este era visto pelos conspiradores como um Presidente que tolerava a infiltração comunista dentro do aparato estatal e dos sindicatos⁴³. Estes dentre vários outros motivos levaram ao golpe civil-militar de 31 de Março de 1964 que derrubou o presidente João Goulart e deu início ao regime militar brasileiro.

Segundo Florestan Fernandes, a ditadura militar no Brasil constituiu-se em um instrumento político fundamental para a aceleração do desenvolvimento capitalista e da incorporação do Brasil ao espaço econômico, cultural e político das nações capitalistas

³⁸ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p.155.

³⁹ Ibid, p.155. Como afirma Joseph Comblin, após o golpe militar de 1964, os mais altos postos da administração governamental serão ocupados por ex-alunos da ESG.

⁴⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Anticomunismo Militar. In: João Roberto Martins Filho. (Org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar**. 1º ed. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2006. p.20

⁴¹ Ibid, p.22

⁴² Ibid, p.20.

⁴³ Ibid, p.22.

centrais e de sua transformação em uma potência⁴⁴. Portanto, segundo o autor, em oposição à modernidade que vinha “de baixo”, que se voltava para a revolução dentro da ordem (intensificando os ritmos e a profundidade da descolonização prolongada, da revolução nacional e da revolução democrática), a modernidade burguesa no Brasil atinge seu primeiro ápice histórico como uma modernização controlada de cima e de forma autoritária⁴⁵. Além dessa dimensão econômica, Florestan Fernandes afirma que o regime militar brasileiro caracterizou-se pelo que o autor chama de “espírito de 1964”, isto é, o espírito da contra-revolução permanente, da guerra civil oculta, do inimigo interno que deve ser combatido, do “desenvolvimento com segurança”, da prevalência e necessidade histórica de um Estado de segurança nacional⁴⁶. Essa concepção daria origem a um imenso aparato repressivo e de segurança montado pelo regime militar brasileiro após 1964.

Logo após o golpe militar, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Ao criar esse órgão, o General Golbery do Couto e Silva tinha como objetivo desenvolver uma sólida instituição de informações que permitisse a consolidação do novo regime⁴⁷. Em 11 de maio de 1964, o presidente Castello Branco apresentou o projeto que criava o SNI. A lei que o criava foi aprovada em 13 de junho de 1964 e o instituiu como órgão diretamente subordinado à Presidência da República. O SNI possuía, entre as suas funções, a responsabilidade de superintender e coordenar as atividades de informações e contra-informações no país, em particular as que interessassem à segurança nacional⁴⁸. Entre as ações que desenvolvia, o SNI interceptava correspondências, roubava documentos, fazia escuta telefônica e acompanhava a vida das pessoas, fossem estes adversários políticos e suspeitos de subversão, ou integrantes da equipe governamental. O SNI também infiltrava agentes nas organizações clandestinas e no MDB, o partido político de oposição ao regime⁴⁹.

Com o começo da luta armada e o endurecimento do regime no final de 1968, houve uma grande transformação na área de informações do país. Na Força Aérea e no Exército, foram criados serviços de informações voltados especificamente para o combate à “subversão” dentro do país⁵⁰. A única exceção diz respeito ao órgão de informação da Marinha, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), criado na década de 1950. Durante o regime militar, o Cenimar ficou conhecido pela sua eficiência no combate à “subversão”.

⁴⁴ FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. p.46.

⁴⁵ *Ibid*, p.46

⁴⁶ *Ibid*, p.30.

⁴⁷ ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: ARAUJO, **op.cit**, p.218.

⁴⁸ *Ibid*, p.218.

⁴⁹ *Ibid*, p.221.

⁵⁰ *Ibid*, p.218-219.

Esse êxito se atribui pelo fato deste órgão já possuir toda uma estrutura repressiva montada para atuar nesta área muito antes dos demais órgãos de informação⁵¹. O órgão da Aeronáutica - o CISA – foi inicialmente denominado de Núcleo de Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica (N-SISA). Após o retorno do Coronel João Paulo Moreira Burnier do curso de treinamento para informações na Escola das Américas (Panamá), o N-SISA foi totalmente reformulado em maio de 1970 e denominado CISA⁵².

No caso do Exército, até o ano de 1967 a estrutura adotada era o das 2ª seções subordinadas aos seus comandantes diretos. Entretanto, este modelo era considerado lento e burocrático, pois a informação era passada a cada superior hierárquico até que atingisse a cúpula militar. Para acelerar as informações obtidas foi criado o Centro de Informações do Exército em 20 de maio de 1970. Porém, o CIE já atuava desde 1967 levando informações para o ministro do Exército ao qual o órgão estava diretamente ligado⁵³.

O CIE foi o serviço de informações que contava com o maior número de agentes e o que mais se empenhou no combate à luta armada. Oficiais do CIE compuseram a maior parte dos quadros dos Destacamentos de Operação Interna (DOI) e dos Centros de Operações e Defesa Interna (Codi), órgãos que cuidavam unicamente de questões repressivas internas, e que operavam em conjunto com as polícias estaduais e federais, sob a direção e coordenação do ministro do Exército⁵⁴. Cabe lembrar também que, nos DOI e nos Codi, a utilização de tortura contra os prisioneiros constituiu-se em uma prática comum⁵⁵. Segundo Priscila Antunes, “a criação dos Codi e dos DOI deram amparo legal a uma série de ações que já vinham sendo desenvolvidas dentro das Forças Armadas e que resultou na execução de grande parte das atrocidades cometidas no regime militar”⁵⁶.

2.2.2 A Doutrina de Segurança Nacional

Segundo Bernard Droz, a intervenção militar no cenário político irá buscar sua justificativa ideológica na Doutrina de Segurança Nacional⁵⁷. Embora essa doutrina tenha sua origem nos EUA⁵⁸, ela acabou sendo aperfeiçoada por militares latino-americanos, principalmente chilenos e como já vimos brasileiros⁵⁹. Uma das principais premissas da DSN, comum aos regimes militares latino-americanos, é a rejeição da idéia de divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade

⁵¹ QUADRAT, Samantha Viz. **O sistema de informações e a ditadura militar no Brasil**. p.1. <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Samantha%20Viz%20Quadrat.doc>> Acessado em 04 de setembro de 2009.

⁵² Ibid, p.1.

⁵³ Ibid, p.1.

⁵⁴ ANTUNES, **op.cit**, p.220.

⁵⁵ Ibid, p.221-222.

⁵⁶ Ibid, p.220.

⁵⁷ DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. **História do Século XX**. 4º volume. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991. p.319.

⁵⁸ COMBLIN, **op.cit**, p.14.

⁵⁹ Ibid, p.21-22.

política, elemento basilar da DSN⁶⁰. Segundo esses princípios, qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou favoreçam interesses de classe são considerados nocivos ao interesse da “nação” e devem ser combatido como tal. Na prática, esse perigo é identificado nas “ideologias estranhas”, externas, diferentes das locais⁶¹.

Dessa forma, aqueles cidadãos que acabaram identificados internamente com essas “ideologias estranhas” (nesse caso, o comunismo) foram tratados como inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional. Por isso, nos princípios da DSN, o elemento desestabilizador, contrário à unidade nacional, é considerado “subversivo”, o inimigo que precisa ser combatido e que não pertence e não tem direito de pertencer à nação⁶². Como afirma Joseph Comblin, os militares que compartilham dos preceitos da DSN acreditam que estão em um estado de guerra contra o comunismo, que se infiltra dentro do país ameaçando a sobrevivência da nação⁶³. Esse pensamento torna-se claro em um discurso do General Pinochet, pronunciado em 11 de setembro de 1976:

O Chile, assim como outros países do mundo, sofreu o ataque do marxismo-leninismo e decidiu enfrentá-lo e combatê-lo até a vitória total⁶⁴. (...) A realidade contemporânea mostra que o marxismo não é apenas uma doutrina intrinsecamente perversa. Hoje em dia é, além do mais, uma agressão permanente a serviço do imperialismo soviético (...). Esta forma moderna de agressão permanente provoca uma guerra não-convencional, na qual a invasão territorial é substituída pela tentativa de controle dos Estados a partir do interior. Por um lado infiltra-se nas células vitais das sociedades livres, como os centros universitários e intelectuais, os meios de comunicação social, os sindicatos operários, os órgãos internacionais, e, como já vimos os próprios setores eclesiásticos. Por outro lado fomenta a desordem sob todas as formas⁶⁵.

Percebemos também no discurso de Pinochet outra característica marcante da DSN: a indefinição com relação ao “inimigo” a ser combatido pelos militares, pois o comunismo, segundo essa ótica, está infiltrado em todos os setores da sociedade. Com isso, qualquer posicionamento contrário ao regime militar acaba sendo identificado com o comunismo, devendo ser combatido. Dessa forma, segundo Joseph Comblin, em qualquer lugar onde se manifeste um aparente comunismo, o Estado está presente e faz intervir a segurança nacional⁶⁶.

⁶⁰ PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: ARAUJO, **op. cit.**, p.144.

⁶¹ Ibid, p.144.

⁶² Ibid, p.144.

⁶³ COMBLIN, **op.cit.**, p.38.

⁶⁴ Ibid, p.38.

⁶⁵ Ibid, p.48.

⁶⁶ Ibid, p.55.

2.2.3 Chile

No caso do Chile, é importante lembrarmos que o país vivia uma situação completamente distinta no Cone Sul. Enquanto os outros países da região viviam uma intensa instabilidade política, marcadas por golpes militares, guerrilhas de esquerda, o Chile apresentava uma histórica estabilidade política, marcada por eleições regulares, um sistema político e partidário representativo sólido e uma alternância de poder entre liberais, a democracia cristã e a esquerda⁶⁷. Nesse quadro, Salvador Allende venceu as eleições presidenciais democráticas de 1970 pela Unidade Popular (UP) – uma coalizão de esquerda formada pelos Partidos Comunista e Socialista, mais os radicais, o Partido Social-Democrata, A Ação Popular Independente e o Movimento de Ação Popular Unificado⁶⁸.

Durante o período de seu governo, Allende tentou colocar em prática aquilo que ficaria conhecido como a “experiência chilena”, ou seja, a possibilidade de implantação do socialismo no Chile a partir de uma via pacífica, através do respeito à ordem legal e constitucional, refutando-se a luta armada como uma forma de se alcançar o socialismo⁶⁹. Por isso, o modelo de Salvador Allende ficaria conhecido como a “via pacífica para o socialismo”, ou seja, a superação do modelo capitalista e sua transição por meio de um processo democrático e negociado por etapas, progressivamente, e que envolveria todos os atores políticos da sociedade chilena⁷⁰.

O modelo de Allende, porém, não prosperou devido a uma série de fatores. Como afirma Alberto Aggio, a “via pacífica para o socialismo” não tinha consenso até mesmo dentro da Unidade Popular de Allende, já que comunistas e socialistas defendiam modelos distintos⁷¹. Fora da esquerda, às medidas tomadas pelo governo, como a reforma agrária, a estatização de bancos e empresas (principalmente da área mineradora) contribuíram para acirrar a oposição, e o caminho utilizado para realizar essas medidas, por meio do Executivo, contribuíram para a ingovernabilidade⁷². Por fim, o apoio dos EUA à oposição – democrática e não-democrática – contribuiu para o golpe militar de 11 de setembro de 1973, que culminou no ataque ao Palácio La Moneda e com a morte do Presidente Allende. Porém, a experiência chilena passaria para a história como uma tentativa singular de construção de um caminho

⁶⁷ AGGIO, Alberto. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In: ARAUJO, *op.cit.*, p.81.

⁶⁸ *Ibid.*, p.78.

⁶⁹ *Ibid.*, p.82.

⁷⁰ *Ibid.*, p.82.

⁷¹ *Ibid.*, p.83-84.

⁷² *Ibid.*, p.78.

pacífico para o socialismo, numa América Latina radicalizada pelo emprego da violência e da luta armada.⁷³

O golpe militar no Chile em 1973 levou ao poder a Junta Militar comandada por Augusto Pinochet. O novo regime militar também se caracterizou pela extrema violência contra seus opositores. Como afirma Antunes,

A intervenção militar chilena teve um caráter reativo, expresso nos agudos e maciços níveis de repressão, com uma duração das mais elevadas dentro do conjunto desses regimes surgidos na América Latina e na drástica destruição do sistema político. Sucessivos decretos-leis desmantelaram a institucionalidade chilena vigente até então. O aparato de segurança funcionava fora dos limites formais, milhares de pessoas foram presas, mortas e “desaparecidas”.⁷⁴

Somente após a concretização do golpe militar teve início no país a criação de órgãos de inteligência com o objetivo de assegurar a permanência do novo regime e reprimir/exterminar os grupos que poderiam apresentar qualquer tipo de resistência ao regime⁷⁵. Dessa forma, Pinochet planejou a criação de um órgão de inteligência autônomo, centralizado, com recursos próprios e subordinado diretamente ao governo⁷⁶. Nascia assim a *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), criada através de um decreto em junho de 1974, sob o comando do Coronel Manuel Contreras⁷⁷.

Perante o público, ela foi definida como um “organismo militar de caráter técnico e profissional, sob o comando da Junta, cuja missão será reunir em nível nacional todas as informações de diferentes campos de ação, com o propósito de produzir a inteligência necessária para a formulação de políticas, para o planejamento e para adoção de medidas que garantam a preservação da segurança nacional e o desenvolvimento do país”⁷⁸. Porém, o decreto que criou esse órgão de inteligência tinha três artigos secretos que permitiam a Junta Militar convocar os demais serviços de segurança para participarem das operações da DINA e davam poder a esta última para efetuar buscas e prisões e para manter prisioneiros⁷⁹. Cabe ressaltar também que a DINA possuía uma forte ligação com a CIA, a agência de inteligência dos EUA. Esta última foi responsável pelo treinamento de muitos de seus membros e pela destinação de um grande recurso financeiro para a instituição⁸⁰.

⁷³ ARAUJO, *op.cit.*, p.268.

⁷⁴ ANTUNES, *op.cit.*, p.223.

⁷⁵ *Ibid.*, p.225.

⁷⁶ *Ibid.*, p.225.

⁷⁷ POLICZER, Pablo. A polícia e a política de informações no Chile durante o governo Pinochet. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998. p.10

⁷⁸ *Ibid.*, p.10.

⁷⁹ *Ibid.*, p.10.

⁸⁰ ANTUNES, *op.cit.*, p.227.

A DINA possuía em seus quadros grande número de militares, porém estes atuavam sem farda, descaracterizados. O órgão mantinha também centros de reclusão clandestinos, onde a prática de tortura contra os prisioneiros era comum⁸¹. Além disso, o órgão desenvolvia ações ilícitas no campo financeiro, através da associação com empresários e companhias chilenas, bem como a criação de empresas próprias, a apropriação de veículos e bens de pessoas detidas e a criação de contas bancárias espalhadas por vários países.⁸²

Segundo Pablo Policzer, após sua criação, a DINA assumiu a maioria das ações repressivas que antes eram feitas pelas Forças Armadas. Segundo ele, ao assumir essa função, este órgão implantou uma mudança radical no modo de atuação da repressão chilena. Em vez de deter grandes números de supostos inimigos, a DINA passou a selecionar seus opositores muito mais estritamente. Como resultado, caiu amplamente o número de pessoas mortas. De um total de mais de 1.800 em 1973, o número, sob a DINA, caiu para cerca de 400 em 1974, e para cerca de 150 em 1975 e 1976⁸³. O tipo de vítima também mudou. Enquanto antes da criação desse órgão de segurança a repressão era aplicada aos opositores de forma indiscriminada, a DINA concentrou-se na perseguição e extermínio de membros do Partido Comunista e da extrema esquerda, no caso o *Movimiento de Izquierda Revolucionario* (MIR)⁸⁴. Além disso, para o nosso trabalho vale lembrarmos que a DINA também estendeu suas operações para além das fronteiras do Chile, sendo o grande órgão de inteligência responsável pela criação da Operação Condor em 1975⁸⁵.

2.2.4 Argentina

Na Argentina, os principais órgãos de segurança que agiam no combate à subversão foram criados muito antes do golpe militar de 1976. O primeiro deles foi a Secretaria de Informaciones del Estado (Side), ligada diretamente à Presidência da República. A Side foi criada na década de 1950 como um órgão de inteligência civil, com o objetivo de produzir informações para o Poder Executivo e com atuação nos campos internos e externos. Porém, já na década de 1960 o órgão tinha a predominância de militares em seus quadros e suas funções se concentraram no combate ao comunismo dentro do país⁸⁶. Nos anos 1970, a Side tornou-se o órgão central da área de informações, para a qual era destinado o maior orçamento, a melhor

⁸¹ Ibid, p.228

⁸² Ibid, p.228.

⁸³ POLICZER, **op.cit**, p.10.

⁸⁴ Ibid, p.10.

⁸⁵ Ibid, p.11.

⁸⁶ ANTUNES, **op.cit**, p.206.

estrutura e o maior quadro de funcionários. Como elemento chave da manutenção de seu poder, os militares, logo após o golpe militar que tirou Isabel Perón da presidência, reestruturaram a Side, dessa vez alterando inclusive sua denominação, transformando-a em Secretaria de Inteligencia del Estado ⁸⁷.

Com relação aos órgãos de inteligência militares argentinos, até a metade dos anos 50 eles estariam direcionados à coleta de informações externas. A partir de 1958, no contexto da DSN, esses órgãos passariam a priorizar as questões relacionadas à política interna. De acordo com Priscila Antunes, a doutrina militar argentina sofreu a partir desse período uma forte influência do Exército Francês, que passaria a divulgar as doutrinas de contra-insurgência desenvolvidas durante o período de guerra pela independência de suas colônias⁸⁸. Essas doutrinas foram divulgadas através de livros publicados em grande volume na Argentina, bem como na forma de cursos ministrados por oficiais franceses, que apresentavam um modelo de estratégia governamental para tratar à contra-insurgência⁸⁹. Em pouco tempo, versões argentinas sobre o assunto começaram a surgir, fornecendo os subsídios necessários para a transformação da estrutura de inteligência militar no campo da contra-insurgência. O principal órgão de inteligência militar argentino, responsável pela maioria das ações repressivas, foi o Batalhão de Inteligência 601, unidade criada em 1969 sob o comando direto do Comandante-em-chefe do Exército⁹⁰.

As operações contra-insurgentes na Argentina começaram em 1975, com a descoberta da zona de atuação dos guerrilheiros do ERP na Província de Tucumã. Para combater a guerrilha, o governo civil argentino promulgou um decreto concedendo amplos poderes ao Exército para neutralizar e aniquilar os elementos subversivos, o que de fato ocorreu através de extrema violência e brutalidade ⁹¹. No ano de 1976, é criada a *ley de seguridad nacional*, que reforçou a atuação e as responsabilidades dos militares nas áreas de comoção e insurgência interna. Com base nessa lei, a inteligência do Exército, principalmente, proliferou, distribuindo-se através de destacamentos por todo o país, não deixando um recanto da Argentina sem a vigilância do Exército⁹². O golpe militar de 1976 na Argentina foi à consequência desse progressivo poder concedido aos militares em questões internas, e levou a instauração de uma das ditaduras mais violentas do Cone Sul. Priscila Antunes identifica

⁸⁷ Ibid, p.208.

⁸⁸ Ibid, p.210.

⁸⁹ Ibid, p.210.

⁹⁰ Ibid, p.210.

⁹¹ Ibid, p.211.

⁹² Ibid, p.212.

como uma das características do regime militar argentino o alto grau de violência. Segundo ela,

O princípio não era reprimir a “subversão”, mas aniquilá-la clandestinamente. Aniquilá-la, pois o objetivo era impedir que o próximo governo civil levasse ao poder os inimigos ora combatidos e que, em decorrência desse novo papel, conduzissem projetos de caráter revanchista. Com a clandestinidade, o interesse era, por um lado, evitar a pressão internacional e a oposição do Vaticano (...). Por outro lado, assegurava o sucesso das operações repressivas, impedia o controle do exercício do poder militar e resultava na paralisação, através do medo, dos mecanismos de defesa da população.⁹³

A amplitude da repressão argentina pode ser mensurada através do número de vítimas. As cifras ainda hoje são contraditórias; os números oficiais falam em 8.961 mortos e desaparecidos, enquanto entidades de direitos humanos calculam em 30 mil o número de mortos⁹⁴.

2.3 A REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA E OS GRUPOS GUERRILHEIROS DE ESQUERDA

Com o triunfo de Fidel Castro e da Revolução Cubana em 1959, e a passagem de Cuba para a zona de influência soviética em 1961. Com o exemplo de Cuba e posteriormente da vitória dos guerrilheiros vietnamitas sobre os franceses e os americanos no Vietnã, a esquerda latino-americana acreditou ser possível que um movimento de guerrilha alcançasse o poder, fazendo com que a luta revolucionária no continente assumisse a forma de “guerra de guerrilhas”⁹⁵. Essa estratégia de luta revolucionária iria estimular a esquerda mais radical, que discordava da posição oficial da URSS no período, que tinha uma visão mais pragmática e moderada da luta revolucionária, pois o regime soviético acreditava na época que o capitalismo seria derrotado pela própria superioridade econômica do socialismo⁹⁶. Além disso, os partidos comunistas do Terceiro Mundo alinhados com Moscou adotavam uma posição mais moderada. Como afirma Hobsbawm, nesses países o inimigo não era o capitalismo, até onde existia, mas o pré-capitalismo, os interesses locais e o imperialismo americano que os apoiava. Assim, o caminho não era luta armada, mas uma ampla frente popular ou nacional da qual era aliada a burguesia ou pequena-burguesia nacional⁹⁷.

⁹³ Ibid, p.203.

⁹⁴ MARIANO, Nilson. **As garras do condor**. Petrópolis: Vozes, 2003. p.21.

⁹⁵ HOBBSAWM, **op.cit**, p.425.

⁹⁶ Ibid, p.424

⁹⁷ Ibid, p.424.

Essa estratégia moderada não era seguida por todos os grupos de esquerda. Dentro desse contexto, Cuba serviu como inspiração para muitos jovens militantes de esquerda, surgindo por todo o continente grupos guerrilheiros que optaram pela luta armada⁹⁸. A princípio, esses movimentos concentravam-se no campo, seguindo a ideologia do esquerdista francês Régis Debray. Segundo Debray, num continente maduro para a revolução, só se precisavam importar pequenos grupos de militantes armados para as montanhas e formar “focos” para a luta de libertação em massa⁹⁹. Contudo, a maioria dessas iniciativas não prosperou, com a maioria desses grupos sendo exterminado.

Assim, a estratégia da esquerda revolucionária abandonou o campo e passou para a cidade, no fim da década de 1960 e início da década de 1970, com o surgimento da “guerrilha urbana”¹⁰⁰. Essa nova estratégia dispensava o apoio das massas e explorava o anonimato das cidades, contando com um número mínimo de participantes e simpatizantes, que realizavam ações violentas e de grande publicidade, como atentados a bomba, seqüestros e assaltos¹⁰¹. Seja no campo ou na cidade, as guerrilhas de esquerda espalharam-se pela América Latina nas décadas de 1960 e 1970. A seguir, falaremos dos principais grupos guerrilheiros do Uruguai, Brasil, Chile e Argentina.

Em 1962 foi fundado, por Raúl Sendic, no Uruguai, o Movimiento de Liberación Nacional, mais conhecido como Tupamaros. Na maioria, seus membros eram oriundos da juventude socialista uruguaia. De inspiração nacionalista, os tupamaros lançaram-se a uma guerrilha urbana, realizando ações ousadas como seqüestros de diplomatas e autoridades, dentre estes o cônsul do Brasil no Uruguai, Aloísio Dias Gomide, e do policial norte-americano Daniel Mitrione¹⁰². Na segunda metade dos anos 1960, o grupo chegou a contar com mais de dois mil componentes. O lema Tupamaro expressava a sua compreensão radical da política: “Haverá pátria para todos ou não haverá pátria para ninguém”¹⁰³.

No Brasil, vários grupos de esquerda que optaram pela luta armada surgiram no Brasil no final da década de 1960. Dentre estes, temos a organização criada por Carlos Marighella, que rompeu com o Partido Comunista Brasileiro - considerado imobilista, pacifista e reformista - e optou pela luta armada, fundando em 1967 a organização guerrilheira Ação

⁹⁸ Ibid, p.428.

⁹⁹ Ibid, p.428.

¹⁰⁰ Ibid, p.429.

¹⁰¹ Ibid, p.429.

¹⁰² O cônsul brasileiro foi libertado após mais de 200 dias de seqüestro; já Dan Mitrione foi morto pelos Tupamaros em 10 de agosto de 1970. Ver: MARIANO, **op.cit.**, p.106.

¹⁰³ ARAUJO, **op.cit.**, p.259-260.

Libertadora Nacional¹⁰⁴. Da mesma forma, em 1968, Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho saíram do PCB para criar o PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário), voltado para a luta armada¹⁰⁵.

No Chile, foi fundado em 1965 o Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), pela união de grupos oriundos dos partidos Comunista e Socialista e do Partido Operário Revolucionário, de tendência trotskista. Em 1967, sob a liderança do grupo de dirigentes estudantis da Universidade de Concepción, o MIR adotou as teses de Régis Debray sobre a luta armada¹⁰⁶. Após a vitória de Salvador Allende em 1970, o MIR adotou uma posição crítica com relação ao governo de Allende, recusando a “via pacífica e democrática” para o socialismo da Unidade Popular e insistindo na luta armada¹⁰⁷.

Por fim, na Argentina, desde 1967, estavam surgindo organizações guerrilheiras, tanto na esquerda como no peronismo – Fuerzas Armadas Peronistas, Descamisados, Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR) – e, no início de 1970, já estavam em atividade as duas organizações armadas que tiveram maior influência política e atraíram o maior número de militantes, especialmente jovens: o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), vinculado ao grupo trotskista do Partido Revolucionário dos Trabalhadores, e os Montoneros, organização surgida de movimentos juvenis católicos nacionalistas que se aproximaram do peronismo.¹⁰⁸

É dentro desse contexto que podemos pensar o surgimento dessa união entre os regimes militares. Ela se insere assim no quadro de tensões políticas e ideológicas da Guerra Fria. De um lado, a esquerda revolucionária do continente, inspirada pelo exemplo da Revolução Cubana e da guerra de guerrilhas, seguiu o caminho da luta armada para conquistar o poder. Por outro lado, assistimos a ascensão das ditaduras militares no Cone Sul com o objetivo principal de fazerem frente à ameaça comunista. Nesse quadro de radicalização política, os regimes militares buscaram entre si uma aproximação no combate à “subversão”, estreitando o intercâmbio de informações e a atuação conjunta de suas forças de segurança com a criação da Operação Condor em 1975.

¹⁰⁴ Ibid, p.258.

¹⁰⁵ Ibid, p.260.

¹⁰⁶ Ibid, p.260.

¹⁰⁷ Ibid, p.268.

¹⁰⁸ Ibid, p.260.

3 A OPERAÇÃO CONDOR NO CONE SUL E NO EXTERIOR

3.1 O ANTICOMUNISMO

Para um melhor entendimento do surgimento desse aparato repressivo é importante lembrarmos que a ideologia anticomunista funcionou como uma justificativa para a ação dos militares latino-americanos. Por isso iremos aprofundar seus principais aspectos a seguir.

Como afirma Celso Castro, embora de fácil definição, o termo anticomunismo engloba um conjunto bastante heterogêneo de forças políticas e sociais. Católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas, fascistas e socialistas democráticos aparecem unidos por uma postura negativa, por se posicionarem contra um inimigo comum¹⁰⁹. No caso brasileiro, segundo Marcus Oliveira, as principais “matrizes ideológicas” que fomentaram o anticomunismo foram o catolicismo, nacionalismo e liberalismo. A Igreja Católica se posicionava contrariamente ao comunismo pelo fato desta ser uma filosofia que negava a existência de Deus e professar o materialismo ateu, substituindo a moral cristã e destruir a instituição da família¹¹⁰. Por outro lado, o nacionalismo pressupõe a idéia da nação como um corpo orgânico fundamental para a manutenção da ordem. De viés conservador, esse nacionalismo enfatiza a defesa da ordem, da tradição e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem. Dessa forma, A nação, o conjunto formado pelo povo brasileiro unido ao território e ao Estado, seria intocável, ou seja, mereceria a aura de objeto sagrado.¹¹¹

Por fim, a defesa dos pressupostos liberais pelos grupos que se opunham ao comunismo englobava as questões propriamente políticas (liberdades políticas), juntamente com pontos acerca da economia (especificamente, a livre iniciativa): os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos, por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro lado, destruindo o direito à propriedade na medida em que desapossava os indivíduos de seus bens e os estatizava.¹¹²

Embora tratem da realidade brasileira, esses pressupostos ideológicos são semelhantes aos defendidos por demais grupos anticomunistas da América Latina, principalmente as Forças Armadas. Como já observou Bernard Droz, a partir da década de 1960 surge nesse

¹⁰⁹ CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. p.49.

¹¹⁰ OLIVEIRA, Marcus Roberto. **A ideologia anticomunista no Brasil**. In: Revista de Sociologia e Política, n.23, Curitiba, Nov.2004. p.186.

¹¹¹ Ibid, p.186.

¹¹² Ibid, p.186.

continente uma orientação conservadora, caracterizada pela aliança entre as Forças Armadas e os grupos dominantes locais, que acreditam que seus interesses estão ameaçados pelo comunismo¹¹³. Segundo Eric Hobsbawm, na América Latina as grandes forças de mudança política eram os políticos civis e as Forças Armadas¹¹⁴.

Porém, essa intervenção militar na política terá como justificativa principal o temor de uma ameaça comunista contra seus países. Esse sentimento anticomunista irá ganhar forma dentro das instituições militares com a elaboração da Doutrina de Segurança Nacional, surgida nos EUA e desenvolvida principalmente por militares brasileiros e chilenos¹¹⁵. Nesse aspecto, observamos, por exemplo, a aproximação de elementos presentes no anticomunismo brasileiro com os preceitos da DSN: nesta última a nação é vista como uma unidade indivisível, na qual seus habitantes devem trabalhar para a realização da ordem e do progresso da nação¹¹⁶. Nos preceitos da DSN está presente também a defesa de valores ocidentais, dentre eles o cristianismo¹¹⁷.

Nesse entendimento, um ponto crucial é a designação dos inimigos que impedem a realização desses objetivos nacionais: trata-se do comunismo. Para os defensores do anticomunismo, o comunismo representa uma ameaça devido a dois fatores. A primeira refere-se à atribuição do comunismo como inimigo estrangeiro a serviço da União Soviética; a segunda relacionava-se aos preceitos internacionalistas do pensamento marxista, que compreendia o nacionalismo como um fenômeno ligado ao mundo burguês, destinado a ser superado quando o operariado se tornasse classe dirigente¹¹⁸.

A realidade da Guerra Fria contribuirá para consolidar esse pensamento anticomunista comum entre as Forças Armadas da região. Nesse aspecto, Samantha Quadrat observa que os EUA contribuiram para disseminar o anticomunismo na América Latina, identificando qualquer tentativa de contestação aos regimes estabelecidos ou movimentos de esquerda com a ideologia comunista¹¹⁹. O treinamento conjunto realizado entre os militares de diversos países na Escola das Américas e nas conferências regulares entre os exércitos da região contribuiu para estreitar os laços entre os militares, bem como a formação de um pensamento comum¹²⁰. Qual seria esse pensamento? Basicamente, de que os países da região são alvos de

¹¹³ DROZ, *op.cit.*, p.224-225.

¹¹⁴ HOBBSAWM, *op.cit.*, p.429.

¹¹⁵ COMBLIN, *op.cit.*, p.21-22.

¹¹⁶ *Ibid.*, p.51.

¹¹⁷ *Ibid.*, p.51-52.

¹¹⁸ OLIVEIRA, *op.cit.*, p.186.

¹¹⁹ QUADRAT, Samantha Viz. **Operação Condor**: o “Mercosul” do terror. Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.XXVIII, n.1, 2002. p.174-175.

¹²⁰ *Ibid.*, p.175.

um inimigo internacional e bem organizado, o comunismo internacional, que ameaça a segurança de seus países. É o que afirma o General brasileiro Breno Borges Fortes, em um discurso proferido na XI reunião dos Chefes de Estado Maior dos exércitos americanos, realizado em Montevideu, em 1975:

Quanto ao que diz respeito à segurança das Américas, estamos firmemente convencidos de que não houve mudança fundamental em relação ao nosso inimigo comum. Nosso inimigo continua sendo o comunismo internacional que, em certos casos, mudou apenas sua estratégia de ação, mas sem renunciar a seu objetivo final: a conquista do poder.¹²¹

À existência desse inimigo comum, o comunismo internacional, vários militares latino-americanos começaram a teorizar sobre a forma de ação desse inimigo nos seus países e a forma de combatê-lo. Nesse ponto, o conceito de guerra revolucionária é de fundamental importância. Genericamente, o conceito era uma forma de definir a forma de ação e o sucesso dos movimentos anti-colonialistas e antiimperialistas no Terceiro Mundo. Segundo a teoria, a guerra revolucionária empreendida pelos comunistas possuía várias fases, começando com o uso de táticas psicológicas (para obter controle sobre as massas e criar o ambiente revolucionário), até chegar à guerrilha e à tomada violenta do poder¹²². Nesse aspecto, vale ressaltar que a inspiração para essas formulações vinha do pensamento militar francês, que tinha se aproveitado das experiências do Vietnã e da Argélia para delinear uma estratégia de combate aos revolucionários¹²³.

Identificado o inimigo e a forma como agia, os militares latino-americanos, por influência também do pensamento militar francês e americano, desenvolveram os mecanismos de combate a essa ameaça. Trata-se da chamada contra-insurgência. Dentre as táticas da contra-insurgência é preciso primeiro identificar a organização clandestina. Em seguida, afastar o apoio popular da organização, eliminando primeiro seus simpatizantes ou apoiadores¹²⁴. Depois é preciso detectar todos os membros da organização clandestina e eliminá-la. Nessa fase, a informação é de extrema importância para identificar os membros desses grupos armados. As informações são coletadas de várias formas, através da vigilância, escutas telefônicas, informantes, pessoas “infiltradas” na organização¹²⁵. Nessas ações, os órgãos de inteligência adquirem uma importância fundamental na obtenção das informações, que em muitos dos casos também é adquirida através da tortura¹²⁶. Além disso, como a guerra

¹²¹ COMBLIN, *op.cit*, p.43.

¹²² MOTTA, *op.cit*, p.22.

¹²³ *Ibid*, p.23.

¹²⁴ COMBLIN, *op.cit*, p.46.

¹²⁵ QUADRAT, Operação Condor..., *op.cit*, p.175.

¹²⁶ COMBLIN, *op.cit*, p.46

revolucionária também age no plano psicológico, no plano das idéias, as forças de segurança também combatem os centros difusores dessas idéias: sindicatos, universidades, meios de comunicação, Igreja, também são alvos da repressão e do controle do Estado.¹²⁷

Com isso, a ideologia anticomunista servirá como um elemento comum à ação dos militares no combate à “subversão”. Com a instauração das ditaduras militares os mecanismos de repressão (como os serviços de segurança) são utilizados para reprimir e eliminar qualquer forma de oposição aos regimes militares. Acreditando enfrentarem um inimigo comum e bem organizado, os militares latino-americanos também decidem se unir para enfrentarem essa ameaça comunista. Dentro desse contexto é criada a Operação Condor, que possibilitou a união entre as forças repressivas no combate e extermínio de seus opositores.

3.2 A CRIAÇÃO

Aparentemente, a criação da Operação Condor foi idealizada pela ditadura militar chilena, mais especificamente na figura do Coronel Manuel Contreras, chefe da DINA, o serviço de inteligência chileno¹²⁸. Em 29 de Outubro de 1975, o governo chileno convocou uma reunião com os representantes dos serviços de inteligência dos países do Cone Sul para discutirem o combate à subversão na região. No documento da DINA para o encontro é expressa a situação política da região. Segundo o convite,

La suversión desde hace algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparado por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio. Esta situación descrita, no reconoce Fronteras ni Países, y la infiltración penetra todos los niveles de la vida nacional.¹²⁹

No documento, observamos que os militares latino-americanos justificam sua ação afirmando que a “subversão” é uma ideologia estranha às tradições dos países da região. Assim, identificamos um elemento da DSN, que afirma ser o comunismo uma ideologia “estranha” às tradições locais. Por isso mesmo, esta precisa ser combatida antes que suas idéias comprometam a coesão e a unidade da nação¹³⁰. A referência no texto de que a

¹²⁷ Ibid, p.49.

¹²⁸ MCSHERRY, J. Patrice. **Operation Condor: Clandestine Inter-American System**. Social Justice. Winter 1999, v.26, Nº 4, p.148. <<http://larc.sdsu.edu/humanrights/rr/PLAarticles/mcsherry.html>> Acessado em 14 de julho de 2009.

¹²⁹ *Primera Reunion de Trabajo de Inteligencia Nacional*, 29/10/1975, p.155. <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239d/index.htm>> Acessado em 14 de julho de 2009.

¹³⁰ PADRÓS, *op.cit*, p.144.

“subversão” se infiltra dentro dos países faz eco aos preceitos da guerra revolucionária, segundo a qual os comunistas infiltram-se dentro de vários setores da sociedade, com o objetivo de obter o controle da população, para em seguida tomarem o poder de forma violenta¹³¹.

Além disso, ao afirmar que a “subversão” não reconhece fronteiras, os militares sugerem que enfrentam uma ameaça internacional, ou seja, como já vimos trata-se do comunismo internacional¹³². Essa visão está presente mais a frente no documento quando é dito que a esquerda armada latino-americana desenvolve suas ações através de organizações internacionais, continentais e regionais, como a Junta de Coordenação Revolucionária (JCR)¹³³. Essa organização, criada durante uma reunião em 1972, era formada pelos grupos guerrilheiros ELN (Bolívia), MIR (Chile), ERP (Argentina) e MLN – Tupamaros (Uruguai)¹³⁴. Segundo um comunicado da JCR de 1974, a organização tinha como objetivo unir os esforços entre esses grupos guerrilheiros para combater o “imperialismo norte-americano” na América Latina e os “regimes fascistas” impostos pelos EUA na região¹³⁵. Segundo o documento, “À estratégia internacional do imperialismo corresponde à estratégia continental dos revolucionários”¹³⁶.

Nesse ambiente de radicalização política, a inteligência chilena propunha,

Para enfrentar esta Guerra Psicológica, hemos estimado que debemos contar en el ámbito internacional no con un Mando Centralizado en su accionar interno, sino que con una Coordinación eficaz que permita un intercambio oportuno de informaciones y experiencias además con cierto grado de conocimiento personal entre los Jefes responsables de la seguridad¹³⁷.

Na reunião, ficou acertado que a DINA seria a sede de todo o sistema. Porém, apesar de haver um país sede, as ações ocorriam independentes de uma ordem vinda do comando central, ou seja, os agentes agiam de acordo com o seu superior hierárquico imediato ou mais próximo. Assim, é formalizada a cooperação entre os regimes militares, formada inicialmente

¹³¹ MOTTA, *op.cit.*, p.22-23.

¹³² COMBLIN, *op.cit.*, p.43.

¹³³ *Primera Reunion*, *op.cit.*, p.155.

¹³⁴ QUADRAT, Samantha Viz. O Brasil sob a asa sombria do Condor. In: João Roberto Martins Filho. (Org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar**. 1º ed. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2006. p.163.

¹³⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. Esquerdas também procuraram colaboração. São Paulo, 13/01/2008, p.A4.

¹³⁶ *Ibid*, p.A4.

¹³⁷ *Primera Reunion*, *op.cit.*, p.155.

por Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai ¹³⁸. Uma delegação do Brasil compareceu ao encontro como observadora, mas só ingressou formalmente na organização em 1976¹³⁹.

Porém, essa organização transnacional acabou adquirindo aspectos muitos maiores do que uma simples troca de informações entre os regimes militares. Documentos desclassificados e estudos posteriores revelam que na verdade essa organização era composta por Três Fases.

A fase um foi dedicada à formação de um banco de dados com informações sobre pessoas de todos os países da região envolvidas com a subversão, algo similar à que tem a Interpol em Paris. Ficou acertada também a criação de uma moderna central de informações, com Telex, mensagens criptografadas e telefones com inversores de voz; e por fim o estabelecimento de reuniões de trabalho regulares entre os chefes de inteligência dos países membros¹⁴⁰.

3.2.1 A Fase dois da Operação Condor

A segunda fase envolvia ações conjuntas realizadas dentro do território dos países membros. Através dessas ações, foi possível a troca de prisioneiros sem qualquer registro oficial de entrada ou saída do país, bem como o envio dos agentes das forças de segurança¹⁴¹. A criação desse esquema repressivo transnacional possibilitou alcançar os refugiados que estavam no exterior. A natureza desse acordo entre as ditaduras militares foi claramente descrita pelo General Paraguaio Catalino Rojas. Segundo ele,

Chegou-se à conclusão de que se tal pessoa vinha até aqui, cometia delitos e se trasladava para a Argentina, ou tal pessoa ia até a Argentina, cometia delitos e vinha para o Paraguai, daqui não se podia levá-la... Sabia-se o que tal pessoa estava fazendo, mas não se podia trazê-la legalmente, de Estado a Estado, pois, de acordo com a lei, a pessoa tem que ser protegida. Dentro do direito internacional era impossível o traslado. Então era necessário algo que parecesse legal, mas que permitisse praticar o ilegal. Isso foi a Operação Condor. O propósito foi perverso. Não foi uma coisa que se degenerou pelo caminho. Não. Nasceu com fins perversos. Primeiro aconteceu à perversão, depois se buscou a máscara¹⁴².

Nessas operações, a forma de ação básica dos serviços de segurança consistia em compartilhar informações sobre os opositores políticos presentes em outro país. Em seguida,

¹³⁸ *Acta de clausura de la primera reunion interamericana de inteligencia nacional*, 28/11/1975, p.196. <<http://www.johndinges.com/condor/documents/Acta%20final.htm>> Acessado em 10 de agosto de 2009.

¹³⁹ DINGES, **op.cit**, p.37.

¹⁴⁰ *Primera Reunion*, **op.cit** p.156.

¹⁴¹ QUADRAT, *Operação Condor...*, **op.cit**, p.178.

¹⁴² SANTOS, Márcia Guena dos. **Arquivo do horror**. Documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980). São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1996. p.83-84.

um dos países ou ambos se encarregariam de vigiar e capturar o alvo, que era então submetido a interrogatório, muitas vezes sob tortura. Os relatórios obtidos no interrogatório eram partilhados, e caso solicitado, o prisioneiro era transportado ilegalmente ao seu país de origem, onde provavelmente era executado¹⁴³. Identificamos também que muitas das vítimas sofriam o desaparecimento forçado, desconhecendo-se o seu paradeiro até os dias atuais¹⁴⁴. Porém, é importante destacarmos que as vítimas desse aparato repressivo atingiram todos àqueles que tinham posições contrárias aos regimes militares. Não só guerrilheiros de esquerda, mas também líderes políticos democráticos e refugiados sem ligação com a luta armada foram executados¹⁴⁵.

Observamos que a atuação dessa organização repressiva caracteriza-se por ações conjuntas entre os serviços de segurança, que agiam em sigilo. O segredo das ações oficiais possibilitava aos regimes militares negarem seu envolvimento em ações criminosas junto à comunidade internacional e as organizações de defesa dos direitos humanos¹⁴⁶. Através do uso da desinformação, os regimes militares responsabilizavam os assassinatos e desaparecimentos como resultados de confrontos e disputas internas entre as organizações de esquerda, isentando os governos de qualquer participação¹⁴⁷. Sem respeitar as fronteiras nacionais, os organismos repressivos estrangeiros agiam em cooperação com as forças de segurança locais, constituindo assim uma clara violação da soberania nacional. Além disso, esses órgãos repressivos ignoravam o devido caminho legal e jurídico na execução de suas ações, já que os opositores não eram julgados dentro do sistema penal e jurídico de seu país¹⁴⁸.

3.2.2 Os antecedentes da Condor

Em 1º lugar, é importante ressaltarmos que as ações repressivas conjuntas entre os países do Cone Sul não começaram a partir de 1975; antes mesmo da criação dessa organização os governos da região já colaboravam em ações contra seus opositores. Em 2º lugar, vamos destacar duas ações realizadas pelo Chile e Argentina nesse período pré-condor: o assassinato de Carlos Prats e a Operação Colombo.

¹⁴³ DINGES, *op.cit*, p.36.

¹⁴⁴ QUADRAT, Operação Condor..., *op.cit*, p.178.

¹⁴⁵ DINGES, *op.cit*, p.38.

¹⁴⁶ MCSHERRY, *op.cit*, p.147-148.

¹⁴⁷ *Ibid*, p.144.

¹⁴⁸ *Ibid*, p.148.

O General Carlos Prats foi comandante das Forças Armadas no governo da Unidade Popular e um dos principais defensores do governo de Salvador Allende¹⁴⁹. Porém, a pressão dos militares golpistas obrigou-o a renunciar ao cargo em agosto de 1973, sendo substituído por Augusto Pinochet, o que facilitou o golpe militar em setembro do mesmo ano¹⁵⁰. Após o golpe, Prats buscou refúgio na Argentina. O general chileno era visto como uma figura perigosa para a ditadura chilena, pois Prats, defensor da legalidade, discordava radicalmente do golpe de estado que derrubou o governo democrático de Salvador Allende. Assim, o regime chileno planejou o seu assassinato, sendo esta uma das primeiras operações no exterior realizada pela DINA¹⁵¹. Em 30 de setembro de 1974, Carlos Prats e sua mulher morreram após a explosão de uma bomba colocada no carro do casal¹⁵². Com relação ao assassinato de Prats, já foi possível comprovar o envolvimento do norte-americano Michael Townley, agente especial da inteligência chilena, além de oficiais chilenos da DINA e da Dirección Federal de La Policía de Buenos Aires, que teria fornecido automóveis e credenciais falsas aos agentes chilenos¹⁵³.

A segunda ação ocorreu em 1975 e consistiu em uma operação de desinformação realizada entre Argentina e Chile. Diante das pressões internacionais à respeito das violações dos direitos humanos ocorridas no Chile, principalmente a morte e o desaparecimento de prisioneiros, o regime chileno montou a Operação Colombo em colaboração com a Aliança Anticomunista Argentina (Triple A). Essa operação foi realizada em dois momentos: primeiro, a distribuição de 119 cadáveres mutilados na Argentina, com documentos falsos de pessoas tidas como desaparecidas no Chile, e a disseminação de uma campanha nos meios de comunicação afirmando que estas pessoas estavam articulando uma invasão guerrilheira ao Chile e acabaram mortos por seus próprios companheiros¹⁵⁴.

3.3 O GOLPE MILITAR NA ARGENTINA

Criada em fins de 1975, a Operação Condor começou a atuar mais intensamente em 1976, sendo que as ações da “fase dois” dessa organização repressiva concentraram-se especialmente na Argentina. Um dos motivos que levaram essas ações a se concentrarem

¹⁴⁹ MARIANO, *op.cit*, p.195.

¹⁵⁰ DINGES, *op.cit*, p.117.

¹⁵¹ CUYA, Esteban. **La "Operación Condor"**: El terrorismo de estado de alcance transnacional. In: KO'AGA ROÑE'ETA se. vii (1996), p.2. <<http://www.derechos.org/vii/1/cuyas.html>> Acessado em 18 de agosto de 2009.

¹⁵² *Ibid*, p.2.

¹⁵³ *Ibid*, p.2.

¹⁵⁴ QUADRAT, Operação Condor..., *op.cit*, p.173.

nesse país é o fato dele concentrar um grande número de refugiados políticos de outras nacionalidades. À medida que os governos militares tomavam o poder nos países sul-americanos, refugiados políticos fugiam de seus países em busca de proteção. Com isso, dezenas de milhares de refugiados buscaram refúgio na Argentina, o único país que ainda não tinha um governo militar até 1976¹⁵⁵. Segundo informações do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados, na década de 1970 existiam 15 mil refugiados políticos na Argentina; 10 mil eram chilenos, e boa parte do restante era composta de uruguaios¹⁵⁶.

Contudo, esse aparente refúgio tornou-se inútil com a criação da Operação Condor e especialmente após a instauração da ditadura militar na Argentina, através do golpe liderado pelas Forças Armadas ocorrido em 21 de março de 1976, que depôs o governo de Maria Estela Martínez de Perón, viúva do ex-presidente Juan Perón. Dentre os motivos para o golpe de estado, os militares acusavam a fragilidade e inoperância do governo civil em combater as ações da esquerda armada, representados pelos grupos guerrilheiros Montoneros e ERP, bem como da extrema-direita, representada pela Triple A (Aliança Anticomunista Argentina). Desse modo, segundo os militares, era preciso “arrumar a casa”¹⁵⁷.

Como já mostramos anteriormente, a ditadura militar argentina caracterizou-se por um alto grau de violência; segundo Samantha Quadrat, o Processo de Reorganização Nacional, nome dado pelos militares à ditadura argentina, baseou-se pelo extermínio em massa de toda e qualquer forma de oposição¹⁵⁸. Esse entendimento radical pode ser identificado nas palavras do general argentino Ibérico Saint-Jean, interventor da Província de Buenos Aires durante o regime militar: “Primeiro, mataremos todos os subversivos. Em seguida, os seus colaboradores. Depois, os seus simpatizantes. Depois, aqueles que permanecerem indiferentes. Por último, mataremos os indecisos”¹⁵⁹.

Para Samantha Quadrat, a repressão argentina estava estruturada no modelo seqüestro-desaparecimento-tortura¹⁶⁰. As vítimas eram seqüestradas em suas casas ou em locais de trabalho por grupos de policiais fortemente armados. Os seqüestrados eram então conduzidos a tenebrosa realidade dos Centros clandestinos de detenção (que sempre tiveram sua existência negada pelo governo) e da tortura¹⁶¹. A partir de então, a pessoa desaparecia; os

¹⁵⁵ DINGES, *op.cit*, p.35.

¹⁵⁶ *Ibid*, p.217.

¹⁵⁷ QUADRAT, Samantha Viz. **Memória, direitos humanos e política na Argentina Contemporânea**, p.1. <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Comunicacoes/Quadrat%20Samantha%20V.doc>> Acessado em 11 de setembro de 2009.

¹⁵⁸ *Ibid*, p.1.

¹⁵⁹ CUYA, *op.cit*, p.4.

¹⁶⁰ QUADRAT, Memória, direitos humanos..., *op.cit*, p.1.

¹⁶¹ *Ibid*, p.2

familiares não tinham mais notícias e o Estado negava que aquela pessoa estivesse sob sua custódia ¹⁶². Segundo Samantha Quadrat, no período em que a pessoa estava “desaparecida” a tortura era aplicada com mais intensidade ¹⁶³.

3.3.1 As ações na Argentina

Assim, a repressão na Argentina acabou atingindo também os estrangeiros residentes no país através dos acordos firmados pela Operação Condor. Um dos primeiros trabalhos que tentou entender o significado dessa coordenação repressiva no país é o informe Nunca Mais da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) na Argentina, publicado em 1984:

Juntamente com a atividade repressiva ilegal realizada dentro dos limites do território nacional, deve-se destacar que as atividades de perseguição não conheceram limitação de fronteiras geográficas, contando para isso com a colaboração dos organismos de Segurança de países limítrofes que, com características de reciprocidade, efetuavam prisão de pessoas sem respeitar qualquer ordem legal, numa violação patente de tratados e convenções internacionais assinados por nosso país, sobre o direito de refúgio e asilo político. Inclusive agentes repressores estrangeiros dentro de nosso território, prendendo cidadãos uruguaios, paraguaios, bolivianos e de outras nacionalidades. (...) Lamentavelmente, o que ocorreu demonstra a existência de um aparato repressivo tipicamente “multinacional”. Sob seu amparo, as forças de repressão estrangeiras passaram a integrar os chamados “Grupos de Tarefa”, dedicando-se a seqüestrar, interrogar sob tortura, assassinar ou a transferir seus compatriotas aos Centros Clandestinos de detenção em seus próprios países.¹⁶⁴

Observamos que os países mais ativos dentro desse esquema transnacional foram Argentina, Chile e Uruguai¹⁶⁵. As forças de segurança destes países agiam em conjunto dentro da Argentina realizando operações contra cidadãos de seus países envolvidos com a “subversão” ¹⁶⁶. No princípio, os órgãos de repressão destes países visaram principalmente à eliminação de militantes de grupos guerrilheiros localizados na Argentina, especialmente do MIR chileno¹⁶⁷.

Entre os guerrilheiros dessa organização mortos pela Operação Condor, temos o caso de Jorge Isaac Fuentes, que ilustra bem a forma como agiam as forças de repressão dos países

¹⁶² Ibid, p.2

¹⁶³ Ibid, p.2.

¹⁶⁴ SÁBATO, Ernesto. **Nunca mais**: Informe da comissão nacional sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, 1984, p.190-191.

¹⁶⁵ *Chilbom/Condor*, 28/09/1976, p.2. <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB8/ch23-01.htm>> Acessado em 14 de julho de 2009.

¹⁶⁶ *South America Southern Cone Security Practices*, 23/07/76, p.2; <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB73/760723.pdf>> Acessado em 16 de julho de 2009.

¹⁶⁷ CUYA, **op.cit**, p.4.

do Cone Sul. Fuentes, que era um mensageiro do MIR, foi preso pela polícia paraguaia na fronteira da Argentina com o Paraguai em maio de 1975. Após sua prisão, foi entregue aos agentes da DINA no Paraguai e trasladado ilegalmente ao Chile. Neste país ele foi visto pela última vez em Villa Grimaldi, um centro de detenção clandestino da DINA em Santiago¹⁶⁸. Outro militante do MIR vítima dessa cooperação foi Jean Yves Claudet Fernandez, de nacionalidade franco-chilena, que foi preso em Buenos Aires em novembro de 1975 e executado por agentes da DINA nesta cidade¹⁶⁹. O caso de Jean Yves mostra que não só sul-americanos foram mortos nesse esquema repressivo: indivíduos de outras nacionalidades também foram vítimas dessa organização. No Chile, a *Comisión de Verdad e Reconciliación*, em seu informe final, registra que 33 cidadãos chilenos desapareceram no exterior, principalmente na Argentina, vítimas dessa cooperação repressiva¹⁷⁰.

Líderes de grupos guerrilheiros localizados na Argentina também foram alvos dessa cooperação repressiva. Como exemplo, temos a morte de Mario Roberto Santucho, líder do grupo guerrilheiro argentino Exército Revolucionário do Povo (ERP)¹⁷¹; Edgardo Enriquez, líder do MIR chileno, que foi preso na Argentina em 1976 e entregue às forças de segurança chilenas, sendo então morto¹⁷²; e por fim o líder dos tupamaros uruguaios, William Whitelaw, morto na Argentina em 1976¹⁷³, além de muitos outros integrantes dessas organizações de esquerda. O êxito no combate à “subversão” na Argentina é explicitado em um documento do Departamento de Defesa dos EUA:

(...) Grande parte do sucesso obtido recentemente na batalha contra a subversão pode ser atribuído à organização e procedimentos de Inteligência integrada. (...) Quando são recebidas pela polícia, as informações da Inteligência são rapidamente distribuídas ao Exército, à Marinha e a Força Aérea e vice-versa. [palavras suprimidas] descreveu a velocidade da distribuição, dizendo que as informações “literalmente voam” de um QG para o outro. Depois as operações são montadas, às vezes em questão de horas, para explorar as pistas antes que os terroristas tenham tempo de reagir.¹⁷⁴

Contudo, os alvos dessa união entre as ditaduras não se restringiram apenas aos militantes de grupos guerrilheiros; líderes políticos democráticos sem envolvimento com a luta armada também acabaram sendo vítimas desse esquema. Dentre esses casos, temos o

¹⁶⁸ MCSHERRY, *op.cit.*, p.155.

¹⁶⁹ CUYA, *op.cit.*, p.5.

¹⁷⁰ *Ibid.*, p.5.

¹⁷¹ MCSHERRY, *op.cit.*, p.154.

¹⁷² CIA Weekly Summary, 02/07/1976, p.2.
<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB125/condor02.pdf>> Acessado em 16 de julho de 2009.

¹⁷³ DINGES, *op.cit.*, p.310.

¹⁷⁴ Counter Subversion, 22/09/1976, p.2.
<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB185/19760922%20Counter%20Subversion%20dia%20sma11.pdf>> Acessado em 20 de agosto de 2009.

assassinato de dois congressistas uruguaios, figuras de destaque na vida política de seu país antes do golpe militar de 1973: o ex-presidente da Câmara dos Deputados do Uruguai, Héctor Gutierrez, e o Senador Zelmar Michelini. Ambos acabaram mortos em Buenos Aires em 18 de maio de 1976¹⁷⁵. Segundo investigações posteriores, os assassinatos teriam sido planejados pela ditadura uruguaia e executada por comandos uruguaios e argentinos¹⁷⁶.

Outra vítima desse esquema repressivo foi o ex-presidente boliviano Juan José Torres. O General Torres assumiu o poder na Bolívia em Outubro de 1970, adotando uma política nacionalista e de esquerda, como a nacionalização das mineradoras estrangeiras instaladas no país e aumento de salário para os trabalhadores das minas de estanho¹⁷⁷. Sofrendo pressões internas e externas, em 21 de agosto de 1971, Torres foi deposto pelo golpe de estado liderado pelo General Hugo Banzer¹⁷⁸. O presidente deposto foi obrigado a fugir do país, exilando-se na Argentina. No país vizinho, fundou em 1973 a Aliança de Esquerda Nacional, uma coalizão de grupos de oposição, ao mesmo tempo que trabalhava clandestinamente com o grupo guerrilheiro boliviano Exército de Libertação Nacional (ELN) e com a JCR para organizar um golpe de estado para levar Torres de volta ao poder¹⁷⁹.

Porém, os planos de Juan Torres foram subitamente interrompidos com sua morte em 01 de junho de 1976. O corpo do ex-presidente foi encontrado em uma estrada no interior da Argentina¹⁸⁰. Embora os governos da Argentina e Bolívia negassem o envolvimento no crime - que ocorreu pouco tempo após o assassinato dos políticos uruguaios - a própria embaixada dos EUA no país concluía que o assassinato do ex-presidente boliviano fazia parte da nova cooperação entre as forças de segurança do Cone Sul¹⁸¹.

Refletindo sobre essas ações repressivas, observamos que elas são resultado das políticas dos regimes de segurança nacional do Cone Sul. Segundo esses preceitos, toda forma de contestação social dentro dos países é vista sob o prisma da Guerra Fria, ou seja, toda forma de oposição é encarado como sendo uma ameaça subversiva, que precisa ser combatida através da contra-subversão¹⁸². Os casos dos assassinatos dos congressistas uruguaios e do general chileno revelam essa característica peculiar da Doutrina de Segurança Nacional. A

¹⁷⁵ MARIANO, *op.cit.*, p.120.

¹⁷⁶ DINGES, *op.cit.*, p.222-224.

¹⁷⁷ MARIANO, *op.cit.*, p.84-85.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p.85.

¹⁷⁹ DINGES, *op.cit.*, p.227.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p.231.

¹⁸¹ *Ibid.*, p.232.

¹⁸² BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2007. p.27-28.

indefinição com relação ao “inimigo” a ser combatido pelos militares sul-americanos permitiu as forças repressivas combaterem qualquer tipo de contestação aos regimes estabelecidos, mesmo aquela oriunda de pessoas sem envolvimento com a luta armada.¹⁸³

Além disso, nesses regimes o aparato repressivo e de informação acaba ganhando grande destaque, agindo preferencialmente pela violência e com técnicas desumanas, como a tortura¹⁸⁴. Dessa forma, o terror utilizado por esses órgãos de segurança, através da tortura, do assassinato, do desaparecimento de pessoas e de prisões arbitrárias, é também uma forma de guerra psicológica, com o objetivo de intimidar não só seus inimigos, mas também controlar e desmobilizar a sociedade civil¹⁸⁵. Observamos que as ações das forças de segurança da Operação Condor caracterizaram-se pelo uso sistemático desses métodos violentos, que além de usados para eliminarem seus opositores, também tinham esse caráter psicológico, de provocar a paralisia da sociedade pelo medo.

Como afirma Nilson Borges, a DSN coloca em risco a defesa dos direitos humanos, pois exclui os pressupostos mínimos da cidadania. Segundo o mesmo, quando é impossível determinar quem é o inimigo do Estado e quais são as atividades permitidas e toleradas, já não há garantia para o cumprimento da lei, o direito de defesa ou a liberdade de expressão e associação. Mesmo que sejam garantidos na constituição, tais direitos só existem, na prática, segundo o arbítrio do aparato repressivo do Estado¹⁸⁶. Por isso mesmo que as forças de segurança envolvidas na Operação Condor agiram desrespeitando as leis, perseguindo qualquer tipo de posicionamento contrário aos regimes.

3.3.2 A cooperação repressiva Argentina-Uruguai

Observamos também que a colaboração entre os regimes militares da Argentina e Uruguai foi ainda mais intensa. Como afirma o Centro de Estudios Legales y Sociales, CELS, de Buenos Aires, a cooperação entre os dois países na perseguição aos uruguaios exilados na Argentina seguiu o modelo de seqüestro-desaparecimento utilizado pela repressão argentina¹⁸⁷. Essa forma de atuação das forças repressivas foi utilizada logo após o golpe militar, com o seqüestro e desaparecimento de 65 cidadãos uruguaios em Buenos Aires nos

¹⁸³ PADRÓS, *op.cit.*, p.146; QUADRAT, *Operação Condor..., op.cit.*, p.174-175.

¹⁸⁴ BORGES, *op.cit.*, p.28.

¹⁸⁵ *Ibid.*, p.29.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p.30.

¹⁸⁷ CELS. **Uruguay/Argentina: Coordinación repressiva.** p.7.
<<http://www.cels.org.ar/documentos/index.php?info=documentosF&ids=3&lang=es&ss=125>> Acessado em 16 de julho de 2009.

meses de junho e julho de 1976 ¹⁸⁸. O paradeiro dos seqüestrados a partir de então se tornou desconhecido, apesar dos esforços das famílias e da ACNUR, agência da ONU para os refugiados que protegia uma parte desses uruguaios, em obterem notícias sobre as vítimas.

Em outubro de 1976, uma parte dos uruguaios seqüestrados reapareceu presa no Uruguai. O governo deste país declarou oficialmente que os prisioneiros faziam parte de um grupo “terrorista” que planejava ataques no Uruguai, e que foram presos quando atravessavam a fronteira entre os dois países. Ainda segundo a declaração oficial, os “subversivos” presos haviam simulado um “auto-seqüestro” para desprestigiar os governos da Argentina e do Uruguai ¹⁸⁹. Esta versão não convenceu a própria Embaixada dos EUA na Argentina, que em sua avaliação, concluiu que o seqüestro dos refugiados uruguaios foi conduzido pelas forças de segurança da Argentina e do Uruguai, agindo de forma secreta e em cooperação ¹⁹⁰.

A versão de que os uruguaios foram seqüestrados pelas forças de segurança de ambos os países ganhou força com o depoimento do uruguaio Enrique Rodriguez à comissão Nunca Mais da Argentina. Rodriguez, um jornalista uruguaio sem envolvimento com a militância política, foi capturado por um grupo de pessoas armadas em Buenos Aires em 13 de julho de 1976, quando procurava por seu filho desaparecido ¹⁹¹. Rodriguez declara ter sido conduzido vendado a um local em que percebeu haver um grande número de pessoas detidas, em sua maioria uruguaios. Nesse local, Rodriguez diz ter sido vítima de torturas ¹⁹². Ele afirma também que,

A grande maioria dos que participaram na operação de seqüestro e todos que nos vigiam, são argentinos. Alguns militares uruguaios pertenciam a um grupo chamado OCOA (Organismo Coordenador de Operações Anti-subversivas), integrado por militares e policiais uruguaios que se diferenciam no trato entre eles, com o nome de Oscar, seguido de um número ordinal. ¹⁹³

Enrique Rodriguez diz ter sido levado então, junto com outros uruguaios, a um avião da Força Aérea Uruguaia que os conduziu até Montevideú. Lá, foram apresentados ao Major Gavazzo do Exército uruguaio, que obrigou os detidos, sob ameaças de morte, a confirmarem a versão de que, para justificar a presença deles no país, faziam parte de um grupo

¹⁸⁸ Ibid, p.7.

¹⁸⁹ Ibid, p.7-8.

¹⁹⁰ *Government of Argentina silent on Uruguay revelation of terrorist plot*, 02/11/76 p.2 <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB73/761102dos.pdf>> Acessado em 16 de julho de 2009.

¹⁹¹ SABATO, **op.cit**, p.193.

¹⁹² Ibid, p.194.

¹⁹³ Ibid, p.194. Segundo Patrice Mcsherry, as ações da Operação Condor entre Uruguai e Argentina neste último país foram planejadas e executadas pelo General uruguaio Amauri Prantl, chefe do Organismo Coordenador de Operações anti-subversivas (OCA), e do lado argentino, pelo General Otto Paladino, chefe do Serviço de Inteligência do Estado (SIDE). Ver: MCSHERRY, **op.cit**, p155.

guerrilheiro que tentou invadir o país pela fronteira, sendo então presos pelas forças uruguaias¹⁹⁴.

A prática de seqüestro-desaparecimento contra cidadãos uruguaios, iniciada em 1976, continuou em 1977. Neste ano, mais de 50 uruguaios desapareceram na Argentina, desconhecendo-se seu paradeiro até hoje¹⁹⁵. Apenas em 1978 o ritmo dos seqüestros diminuiu, sendo que o último registro de uruguaio seqüestrado na Argentina ocorreu em março de 1979.¹⁹⁶

Essa cooperação entre os dois países resultou também no estabelecimento em 1976 em Buenos Aires, da tristemente famosa Oficina Orletti, uma antiga oficina mecânica convertida em um centro clandestino de detenção e tortura que servia de cárcere principalmente para prisioneiros argentinos, uruguaios e chilenos¹⁹⁷. Oficiais uruguaios e chilenos também eram vistos com freqüência na Oficina Orletti, participando de interrogatórios e de sessões de tortura contra prisioneiros¹⁹⁸. Além da Oficina Orletti, o Exército argentino tinha mais seis centros clandestinos de detenção e tortura na região de Buenos Aires.¹⁹⁹

A cooperação Argentina-Uruguai também adquiriu aspectos muito mais trágicos, na forma de seqüestros de crianças recém-nascidas, filhas de pais mortos ou presos pela repressão. Segundo Samantha Quadrat, 11 crianças filhas de uruguaios desapareceram na Argentina, ao passo que uma menina argentina teria desaparecido no Uruguai²⁰⁰. Em muitos dos casos, as crianças seqüestradas eram adotadas por oficiais das forças de repressão. Como exemplo, temos o caso de Sara Méndez. Uruguaia exilada na Argentina, Sara foi presa junto com Símon, seu filho recém-nascido, por forças de segurança argentinas em julho de 1976. Ela acabou confinada e torturada na Oficina Orletti em Buenos Aires. Junto com mais 20 uruguaios, foi levada ilegalmente de volta a seu país e separada de seu filho, de quem não teve mais notícias. Após o fim das ditaduras no Uruguai e Argentina, Sara iniciou as buscas por seu filho desaparecido. Após várias pistas falsas, em 2002 Sara encontrou seu filho Símon em Buenos Aires, registrado como sendo filho legítimo de um militar uruguaio.²⁰¹

Outro caso de seqüestro de menores envolveu uma família argentina estabelecida em Montevideú. Em 18 de maio de 1978, Cláudio Ernesto Logares, sua esposa Monica Logares e

¹⁹⁴ SABATO, *op.cit.*, p.194-195.

¹⁹⁵ CELS, *op.cit.*, p.12.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p.14.

¹⁹⁷ MCSHERRY, *op.cit.*, p.153, SÁBATO, *op.cit.*, p.195.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p.153.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p.153.

²⁰⁰ QUADRAT, Samantha Viz. **O direito à identidade:** a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. In: História, São Paulo, v.22, n.2, p. 171, 2003.

²⁰¹ *Ibid.*, p.172-173.

a menor Paula Eva Logares foram presos por um grupo de homens fortemente armados na capital uruguaia²⁰². O casal não foi encontrado, sendo seu paradeiro desconhecido. A menor Paula Logares por sua vez foi encontrada graças aos esforços do grupo argentino Avós da Plaza de Mayo: a filha do casal argentino estava em poder de um ex-delegado de polícia da província de Buenos Aires, que a havia registrado como sendo sua filha²⁰³.

O caso da colaboração entre as forças uruguaias e argentinas merece destaque neste trabalho pela sua intensidade, tendo em vista que produziu o maior número de vítimas da Operação Condor. Segundo John Dinges, ao todo 135 uruguaios desapareceram ou foram assassinados na Argentina²⁰⁴. De acordo com o historiador Enrique Serra Padrós, o Uruguai foi o país da região que teve, proporcionalmente, maior número de cidadãos desaparecidos e/ou mortos no exterior do que dentro das suas fronteiras nacionais²⁰⁵. Para o autor, a repressão do Uruguai no exterior “não se restringiu a ações isoladas contra alvos selecionados; em realidade, foi uma verdadeira caçada humana, uma operação sistemática de grandes proporções, produzindo o pânico e o terror entre a enorme comunidade exilada ou radicada, principalmente na Argentina”.²⁰⁶

3.4 A FASE TRÊS DA OPERAÇÃO CONDOR

Segundo um relatório do FBI, a terceira e mais secreta fase dessa união repressiva envolvia a formação de equipes especiais dos países membros que viajariam a qualquer parte do mundo para assassinar “terroristas” ou apoiadores de organizações “terroristas” de algum país membro desse plano repressivo²⁰⁷. A forma da ação consistiria em, se um “terrorista” ou defensor de uma “organização terrorista” de um país-membro da Operação Condor fosse localizado num país europeu, uma equipe especial seria despachada para localizar e vigiar o alvo.

Quando a operação de localização e vigilância terminasse, seria enviada uma segunda equipe para executar a “real sanção” contra o alvo. As equipes especiais envolvidas na ação usariam documentação falsa de países-membros dessa operação, e poderiam ser compostos

²⁰² SABATO, *op.cit.*, p.192.

²⁰³ *Ibid.*, p.192.

²⁰⁴ DINGES, *op.cit.*, p.310.

²⁰⁵ PADRÓS, *op.cit.* p.166-167.

²⁰⁶ *Ibid.*, p.167

²⁰⁷ *Chilbom/Condor*, 28/09/1976, p.2. <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB8/ch23-01.htm>> Acessado em 14 de julho de 2009.

exclusivamente de indivíduos de um país dessa operação, ou poderiam ser compostas de um grupo misto de várias nações dessa união repressiva²⁰⁸.

Na fase três dessa organização transnacional, a ditadura chilena de Augusto Pinochet realizou as principais operações, planejando e executando assassinatos na Europa e nos Estados Unidos. A disposição da ditadura chilena em realizar as operações para a fase três foi lembrada pelo coronel José Fons, chefe da delegação uruguaia que compareceu ao encontro de fundação dessa organização em 1975, em uma entrevista anos mais tarde: “O Chile propôs operações para eliminar inimigos em todo o mundo, para eliminar as pessoas que estavam causando danos a nossos países, pessoas como Letelier. Essa operação exigia muita preparação, uma operação muito bem feita. O Chile tinha os recursos e a vontade de operar.”²⁰⁹

Na declaração acima, Fons cita especificamente Orlando Letelier, ex-ministro do governo de Salvador Allende, e que após o golpe militar de Pinochet, exilou-se nos EUA, onde iniciou um poderoso lobby contra a ditadura chilena no Congresso Americano, que resultou no fim da ajuda militar ao Chile por parte dos EUA²¹⁰. Além disso, Letelier era uma figura política de destaque, sendo um dos possíveis candidatos à presidência do Chile em uma eventual volta do país à democracia²¹¹. Outra destas figuras políticas de grande importância era Bernardo Leighton, ex-vice presidente e líder do Partido Democrata Cristão chileno. Exilado na Itália, Leighton tinha grande influência sobre todos os grupos políticos do Chile e também entre os democratas-cristãos na Europa. Leighton tentava uma união entre a Democracia Cristã e os grupos políticos de esquerda, a fim de trabalharem juntos pelo retorno do Chile à democracia²¹². Assim, esses dois políticos exilados representavam uma ameaça aos interesses chilenos, e acabaram sendo as principais vítimas da fase três dessa organização repressiva.

As operações do Chile no exterior foram planejadas pela DINA, o serviço de inteligência chileno, com a colaboração de Michael Townley, norte-americano que fazia parte dessa mesma agência²¹³. Em 06 de outubro de 1975, Bernardo Leighton e sua esposa Anita Fresno foram baleados nas ruas de Roma. Apesar da gravidade dos ferimentos – Leighton foi baleado na cabeça e Anita na coluna -- ambos acabaram sobrevivendo²¹⁴.

²⁰⁸ Ibid, p.2-3.

²⁰⁹ DINGES, **op.cit**, p.37.

²¹⁰ Ibid, p.263.

²¹¹ Ibid, p. 264.

²¹² CUYA, **op.cit**, p.2.

²¹³ MARIANO, **op.cit**, p.200.

²¹⁴ CUYA, **op.cit**, p.3.

O caso de maior repercussão e ousadia da fase três ocorreu na capital dos Estados Unidos. Em 21 de setembro de 1976, o carro em que estava Orlando Letelier e sua assistente Ronni Moffit explodiu nas ruas de Washington, matando os dois ocupantes imediatamente. A operação que matou Letelier também foi planejada e executada pela DINA, e mais uma vez contou com a colaboração de Michael Townley, que instalou a bomba que explodiu o veículo²¹⁵.

Nessas ações no exterior, a ditadura chilena contou também com a colaboração de grupos de extrema direita destes países. Na tentativa de assassinato de Bernardo Leighton em Roma, o regime chileno contou com a colaboração do grupo neofacista *Avanguardia Nazionale* para a execução do plano²¹⁶. No caso do assassinato do chileno Orlando Letelier em Washington, o regime de Augusto Pinochet utilizou também a estrutura montada pela Operação Condor para realizar o assassinato: os agentes chilenos que executaram a operação viajaram para os EUA com passaportes falsos obtidos pelo governo paraguaio²¹⁷. Nos EUA, os oficiais chilenos contaram com a colaboração de membros do Movimento Nacionalista Cubano, grupo de extrema direita formado por exilados cubanos, para a ação que matou Orlando Letelier²¹⁸.

As ações da Fase Três da Operação Condor mais uma vez revelam as medidas arbitrárias tomadas pelos regimes militares do Cone Sul. Primeiro, as ações ilegais foram realizadas sem o conhecimento dos países na qual as ações ocorreram (EUA e Itália). Além disso, observamos mais uma vez que as forças de segurança, no caso a DINA chilena, agiram utilizando-se de meios violentos, no caso o assassinato, para eliminar seus opositores, como Orlando Letelier. É mais uma vez a tentativa de se espalhar o terror diante da população, no caso, as comunidades de exilados, para que estas não reagissem contra os regimes autoritários²¹⁹.

Os alvos da fase três, políticos civis chilenos, comprometidos com a democracia, revelam também a arbitrariedade da ideologia de segurança nacional, que identifica qualquer tipo de oposição aos regimes com a ameaça do comunismo²²⁰. Esse entendimento radical pode ser visto no caso de Bernardo Leighton, um político democrata-cristão, que não era ligado a nenhum partido ou movimento de esquerda, porém mesmo assim tornou-se um alvo da ditadura chilena.

²¹⁵ Ibid, p.3.

²¹⁶ MCSHERRY, **op.cit**, p157.

²¹⁷ Ibid, p.156.

²¹⁸ Ibid, p.156.

²¹⁹ Ibid, p.199.

²²⁰ PADRÓS, **op.cit**, p.146; QUADRAT, Operação Condor..., **op.cit**, p.174-175.

4 OS EUA E O BRASIL NA OPERAÇÃO CONDOR E A BUSCA POR JUSTIÇA

Neste capítulo, tentaremos analisar o papel dos EUA na Operação Condor. Tentaremos também questionar as ligações do regime militar brasileiro nessa união transnacional, e mencionar os principais processos judiciais que investigam essa organização repressiva.

4.1 O PAPEL DOS EUA

Primeiro, antes de mostrarmos o envolvimento dos EUA nessa organização, é importante delinear a política do governo americano para o continente, principalmente no campo militar e de inteligência. A política dos EUA na América Latina deve ser compreendida dentro do contexto da Guerra Fria, que assume maior importância no continente a partir da Revolução Cubana de 1959 e da passagem da ilha para o bloco socialista em 1961²²¹. Apesar das ações contrárias do governo americano para derrubar o regime de Fidel Castro, o regime cubano acabou sobrevivendo, inspirando o pensamento revolucionário de muitos militantes de esquerda do continente²²². Por outro lado, a Revolução Cubana instaurou um regime socialista no Caribe, próximo aos EUA, e apoiado pela URSS. O temor de novos movimentos revolucionários no continente americano, sua tradicional zona de influência, passou a ser uma preocupação real de Washington, que a partir de então agiu no sentido de impedir o surgimento de novos regimes socialistas na América Latina²²³.

Assim, a atividade dos EUA para a região consistiria em duas frentes: 1º) uma política de ajuda econômica, com o objetivo de construir uma imagem mais positiva dos EUA na região, 2º) o fortalecimento das Forças Armadas da região, para que estas se tornassem os bastiões na defesa contra o comunismo na região²²⁴. No campo econômico, essa política se materializou através da Aliança para o Progresso, lançado em março de 1961 pelo Presidente Kennedy²²⁵. Esse programa consistiu em uma enorme ajuda econômica dos EUA aos governos latino-americanos visando à criação de programas de combate à erradicação das mazelas sociais nas esferas da saúde, educação, habitação e trabalho²²⁶. Porém, esse projeto

²²¹ FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: ARAUJO, **op.cit**, p.56.

²²² HOBBSAWM, **op.cit**, p.428.

²²³ FICO, **op.cit**, p.58.

²²⁴ *Ibid*, p.58.

²²⁵ *Ibid*, p.60.

²²⁶ PADRÓS, **op.cit**, p.168.

tinha um objetivo político muito claro: a ajuda econômica era, sem dúvida, mais uma forma de se combater o temor da influência do comunismo na região²²⁷.

Além dessa dimensão econômica, a estratégia dos Estados Unidos também se concentrou no campo militar. Até a década de 1960, os Estados Unidos estabeleceram tratados militares com os países da região visando à segurança do continente no caso de uma possível invasão externa²²⁸. Porém, o exemplo da Revolução Cubana mostrou que o regime existente na ilha não foi derrubado pelo exército regular de uma potência estrangeira, mas por uma eficiente guerrilha que atuou dentro do território até conquistar o poder. Washington então estabelece uma nova prioridade no campo militar: o temor de uma agressão extracontinental deu lugar à luta contra o inimigo interno. Cabia agora treinar as Forças Armadas da região para combater a “ameaça interna”²²⁹, ou seja, qualquer cidadão ligado à “subversão” era visto como uma ameaça à segurança do país²³⁰.

A partir dos anos 1960, o governo americano passou a oferecer treinamento à militares e polícias latino-americanos em programas de contra-insurgência em diversos centros militares. O mais famoso deles foi a Escola Militar das Américas, criada em 1961 e localizada na Zona do Canal do Panamá. Cerca de 60.000 militares latino-americanos realizaram treinamentos nessa base do Exército americano²³¹. A eficiência do treinamento militar oferecido pelos EUA é constatada no fato de que, em outubro de 1973, 170 militares diplomados pela Escola das Américas eram Chefes de Estado, ministros, Comandantes-em-Chefe das Forças Armadas ou diretores dos Serviços de Inteligência de seus respectivos países²³².

Muitos destes militares que passaram pela Escola das Américas ao retornarem a seus países foram acusados de cometerem violações aos direitos humanos. Como exemplo, citamos os ditadores Roberto Viola e Leopoldo Galtieri, na Argentina; o fundador do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), João Paulo Moreira Burnier, no Brasil; Jorge Zara (envolvido no assassinato de Carlos Prats) e Augusto Lutz (participante do golpe que destituiu Salvador Allende), no Chile²³³.

Através das apostilas dos cursos da Escola das Américas percebe-se a grande influência na formação dos militares latino-americanos para a área de contra-insurgência.

²²⁷ FICO, *op.cit*, p.61.

²²⁸ COMBLIN, *op.cit*, p.141.

²²⁹ PADRÓS, *op.cit*, p.168.

²³⁰ *Ibid*, p.146

²³¹ QUADRAT, Operação Condor..., *op.cit*, p.174.

²³² COMBLIN, *op.cit*, p.141.

²³³ QUADRAT, Operação Condor..., *op.cit*, p.174.

Encontramos, nas apostilas desse centro militar, modelos de fichas para se fazer uma informação, o estudo de armas, planos para se fazer um cerco a um local onde estivessem “terroristas”, a importância de se ter um agente infiltrado e de cooptar pessoas que pertençam ao grupo guerrilheiro²³⁴.

Além do treinamento, os Estados Unidos também destinaram grandes recursos financeiros aos regimes militares da América Latina. Assim, o Military Assistance Program (MAP) – Programa de Assistência Militar – norte-americano destinou no ano de 1963, grande parte de seus fundos ao treinamento de contra-insurgência²³⁵. Segundo o secretário de Defesa dos EUA, Robert McNamara, o objetivo do MAP, na América Latina “era ajudar, quando necessário, na continuidade e desenvolvimento de militares locais e forças paramilitares capazes de prover, em conjunto com a polícia e outras forças de segurança, a necessidade doméstica de segurança”²³⁶. Assim, a ajuda militar norte-americana para a América Latina, durante o período de 1950 a 1970, totalizou 1,3 bilhão de dólares²³⁷. Além disso, o governo americano também forneceu armamentos às forças de segurança dos países aliados. Entre 1973 e 1980, os EUA venderam mais de US\$ 66 bilhões em armamentos aos países do Terceiro Mundo²³⁸.

4.1.1 Os EUA e a Operação Condor

Em relação à participação dos Estados Unidos na Operação Condor não existe provas de que o país tenha participado diretamente dessa organização. Porém, como salienta Patrice Mcsherry, é importante lembrarmos que a Operação Condor se insere no contexto direto da Guerra Fria, na qual os governos militares da América Latina eram aliados dos Estados Unidos no combate ao comunismo²³⁹. Dentro desse contexto, altos funcionários do governo americano e alguns órgãos, incluindo o Departamento de Estado, a CIA, e o Departamento de Defesa, estavam cientes da formação dessa organização e de suas operações desde a sua criação em 1975²⁴⁰. Alguns dos documentos que revelam o conhecimento de Washington sobre

²³⁴ Ibid, p.175.

²³⁵ SANTOS, **op.cit.**, p.74.

²³⁶ Ibid, p.75.

²³⁷ Ibid, p.75.

²³⁸ PADRÓS, **op.cit.**, p.171.

²³⁹ MCSHERRY, **op.cit.**, p.144.

²⁴⁰ Ibid, p.144.

essa organização foram liberados pelo governo americano em 1999 e estão disponíveis para a consulta na Internet ²⁴¹.

Percebemos através da leitura dos documentos que os EUA sabiam da existência dessa organização repressiva e de seus atos cometidos, como o assassinato de opositores aos regimes militares. Como exemplo, um relatório do Departamento de Defesa de Outubro de 1976 descreve a Operação Condor como sendo a responsável por operações contra-insurgentes conjuntas, com o objetivo de eliminar as “atividades terroristas marxistas” nos países membros ²⁴². O relatório ainda informa que os países da Operação Condor planejavam ações de assassinato contra “terroristas” residentes no exterior, principalmente nos países da Europa ²⁴³. Outro documento, desta vez um memorando da CIA de julho de 1976, também descreve a Operação Condor e a execução de guerrilheiros:

[palavra suprimida] falou sobre o crescimento dessa organização dos serviços de segurança do Cone Sul e dos desenvolvimentos perturbadores associados a suas atitudes operacionais. Originalmente projetado como um sistema de comunicação e banco de dados para facilitar a defesa contra a Junta de Coordenação Revolucionária dos guerrilheiros, a organização estava emergindo como algo que tinha um papel muito mais ativista, inclusive especificamente o de identificar, localizar e “atacar” os líderes guerrilheiros.²⁴⁴

Para Mcsherry, os órgãos do governo americano, como a CIA, FBI, Departamento de Estado e Defesa, toleravam a existência dessa organização repressiva, e algumas vezes agiam auxiliando as operações da Operação Condor ²⁴⁵. Como exemplo dessa colaboração, temos o já citado caso do chileno Jorge Isaac Fuentes, preso na fronteira da Argentina com o Paraguai²⁴⁶. A Embaixada dos EUA na Argentina informou os militares chilenos da captura de Fuentes ²⁴⁷. O agente do FBI na Argentina, Robert Scherrer, atuando em cooperação com as forças de segurança das ditaduras, conseguiu o nome de três indivíduos suspeitos de ligação com o MIR, residentes nos EUA, que Fuentes revelou durante o interrogatório, e declarou que o FBI iria conduzir investigações sobre eles²⁴⁸. Esse é um exemplo de cooperação de oficiais americanos e agências dos EUA com as ditaduras militares, atuando em conexão com a Operação Condor ²⁴⁹.

²⁴¹ Os documentos podem ser consultados no site: www.gwu.edu/~nsarchiv

²⁴² *Special Operations*, 01/10/1976, p.1.

<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB185/19761001%20Special%20Operations%20Forces%20mall.pdf>> Acessado em 21 de agosto de 2009.

²⁴³ *Ibid*, p.2.

²⁴⁴ *Operation Condor*, 30/07/1976, p.1. <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB125/condor04.pdf>> Acessado em 21 de agosto de 2009.

²⁴⁵ MCSHERRY, *op.cit*, p.144.

²⁴⁶ Ver p.19.

²⁴⁷ MCSHERRY, *op.cit*, p.155.

²⁴⁸ *Ibid*, p.155.

²⁴⁹ *Ibid*, p.155.

Além disso, os EUA forneceram aos responsáveis do Plano Condor os modernos equipamentos eletrônicos por eles utilizados. Segundo John Dinges, o banco de dados da Condor - que continha as informações sobre as pessoas envolvidas com a “subversão” - era informatizado, e que os sistemas de computador e o treinamento para seu uso foi fornecido pelos Estados Unidos²⁵⁰. A estrutura de comunicações, utilizada pelos militares desse esquema repressivo era composta, segundo Dinges, por telex (que recebeu o nome de Condortel) e por uma rede de rádio continental, ambas fornecidas pelos EUA²⁵¹. Por fim, vale lembrarmos que os EUA estiveram diretamente envolvidos na formação, no treinamento e no financiamento de órgãos de inteligência da região, principalmente a DINA chilena, que viria a desempenhar um importante papel na criação dessa organização repressiva²⁵².

Segundo Mcsherry, o governo americano trabalhou para centralizar as estruturas de comando das Forças Armadas e das Polícias do Cone Sul e de seus sistemas de inteligência, modernizando as comunicações, e fomentando estratégias de operações coordenadas na luta contra o comunismo²⁵³. Os Estados Unidos desempenharam um papel crucial no financiamento, na organização e no treinamento dos militares, policiais e das forças de inteligência da América Latina, modernizando e profissionalizando-as, e aumentando suas capacidades tecnológicas²⁵⁴.

Assim, percebemos que os EUA tiveram um desempenho nesse esquema repressivo do Cone Sul, mais especificamente na formação da estrutura repressiva e de inteligência dos regimes militares. No contexto da Guerra Fria, as forças militares da região eram vistas como aliadas dos EUA no combate ao comunismo, e a Operação Condor constituiu uma operação mais ampla e “sofisticada” no combate à subversão.

4.2 O BRASIL E A OPERAÇÃO CONDOR

4.2.1 Antecedentes da participação brasileira

Existem indícios de que antes mesmo da criação da Operação Condor em 1975, o Brasil já tinha um envolvimento significativo nos países do Cone Sul para combater as forças de esquerda da região. No caso do Chile, um documento recentemente liberado de um

²⁵⁰ DINGES, *op.cit*, p.186.

²⁵¹ *Ibid*, p.186-187.

²⁵² ANTUNES, *op.cit*, p.227

²⁵³ MCSHERRY, *op.cit*, p.149.

²⁵⁴ *Ibid*, p.149.

encontro ocorrido em 1971 na Casa Branca, entre os presidentes Médici do Brasil e Nixon dos EUA, insinua que os dois países deveriam trabalhar juntos para, nas palavras de Nixon, “evitar novos Allendes e Castros”²⁵⁵. Em um trecho do encontro os presidentes conversam especificamente sobre o Chile:

O presidente Médici disse que Allende seria derrubado pelas mesmas razões pelas quais Goulart foi derrubado no Brasil. O presidente [Nixon] então perguntou se o presidente Médici pensava que as Forças Armadas chilenas eram capazes de derrubar Allende. O presidente Médici respondeu que ele achava que eram, acrescentando que o Brasil estava intercambiando muitos oficiais com os chilenos e deixou claro que o Brasil estava trabalhando para esse fim.²⁵⁶

Para o historiador Peter Kornbluh, esse diálogo sugere que o Brasil estava comprometido em derrubar Salvador Allende. Segundo o mesmo, o documento alude que o Brasil possuía um programa de intercâmbio militar com o Chile, e que a inteligência militar do Brasil usava esse mecanismo para canalizar apoio para os militares chilenos²⁵⁷. Segundo depoimentos de militares e diplomatas brasileiros, o governo do General Médici teve uma participação decisiva no golpe que derrubou Salvador Allende em setembro de 1973²⁵⁸. Além disso, após o golpe militar no Chile, exilados brasileiros que ficaram detidos no Estádio Nacional em Santiago denunciaram os agentes brasileiros que atuaram em interrogatórios e em sessões de tortura.²⁵⁹

Outro país com que o Brasil estabeleceu uma cooperação precoce foi o Uruguai, já a partir da década de 1960. Segundo Enrique Serra Padrós, devido ao grande número de exilados brasileiros no país vizinho – entre eles o próprio ex-presidente João Goulart – o país estabeleceu uma cooperação com o governo uruguaio para que seus serviços de inteligência vigiassem e monitorassem a comunidade brasileira exilada no país²⁶⁰.

Na década de 1970, essa colaboração entre as forças de segurança ampliou-se após a ocorrência de dois fatos. O primeiro refere-se ao seqüestro do cônsul brasileiro Aloísio Dias Gomide pela organização guerrilheira Tupamaros. Durante o período do seqüestro, unidades brasileiras, especializadas no combate à subversão, estiveram atuando no Uruguai na busca pelo seqüestrado²⁶¹. O segundo fato foi à preparação de uma intervenção militar no Uruguai em 1971, a chamada “Operação Trinta Horas”, que só não ocorreu porque o prognóstico de

²⁵⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. Médici e Nixon planejaram derrubar Allende. São Paulo, 16/08/2009, p.A14.

²⁵⁶ Ibid, p. A14.

²⁵⁷ Ibid, p. A14.

²⁵⁸ QUADRAT, O Brasil sob..., **op.cit**, p.166-167.

²⁵⁹ Ibid, p.167-168.

²⁶⁰ PADRÓS, Enrique Serra. **O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao vôo rasante da Operação Condor em Porto Alegre**. In: Ciências e Letras (Porto Alegre), v. 41, p. 363, 2007. <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>> Acessado em 15 de julho de 2009.

²⁶¹ Ibid, p.364.

vitória eleitoral da coalizão de esquerda Frente Ampla esteve longe de se confirmar. De qualquer forma, durante semanas, diversas unidades militares concentradas no Rio Grande do Sul estiveram de prontidão para invadir o país vizinho.²⁶²

Existem indícios de que, nesse período, o Brasil envolveu-se também na perseguição de militantes de esquerda refugiados no exterior. Segundo a Folha de São Paulo, pelo menos 14 militantes de grupos armados brasileiros foram seqüestrados ou mortos na Argentina e no Chile, entre 1973 e 1975²⁶³. Como ilustração da participação brasileira, podemos citar o seqüestro do ex-major do Exército Joaquim Pires Cerveira e de João Batista Rita, capturados em Buenos Aires, em 1973, por agentes brasileiros, inclusive pelo próprio delegado Sérgio Paranhos Fleury, agindo em colaboração com a Argentina²⁶⁴.

Nesse período anterior ao Plano Condor, estrangeiros, também, desapareceram no Brasil vítimas de repressão das forças de segurança brasileiras. Foi o caso do italiano Libero Giancarlo Castiglia, militante do PCdoB, que desapareceu durante a ofensiva do Exército brasileiro contra guerrilheiros no Araguaia, no natal de 1973²⁶⁵. Outro exemplo foi o argentino Enrique Ruggia, que fazia parte de um grupo que incluía sete guerrilheiros brasileiros da VPR, saídos da Argentina e interceptados na fronteira com o Brasil em julho de 1974. O grupo deixou a Argentina, onde estava refugiado, e tentou entrar no Brasil. A partir de informações fornecidas pela inteligência argentina sobre sua rota, o grupo teria sido capturado, depois de entrar no Brasil, e fuzilado por militares brasileiros numa área de mata em Foz do Iguaçu²⁶⁶.

Além disso, o regime militar brasileiro também ofereceu treinamento a oficiais estrangeiros em técnicas de contra - insurgência, já a partir da década de 1960. Segundo o ex-sargento do Centro de Informações do Exército, Marival Chaves, foram os órgãos de segurança do Brasil que ensinaram aos colegas, de países vizinhos, os métodos de repressão a grupos guerrilheiros, muito antes da Operação Condor²⁶⁷. Embora a afirmação de Marival superestime a participação brasileira no treinamento a militares estrangeiros, existem indícios de que o Brasil ofereceu esse tipo de ajuda à militares de demais países.

Como exemplo, temos o caso do Centro de Instrução de Guerra na Selva (Cigs), criado em 1966, em Manaus. Segundo a Folha de São Paulo, pelo menos 103 militares estrangeiros

²⁶² Ibid, p.364.

²⁶³ FOLHA DE SÃO PAULO. Cooperação na repressão foi anterior à Operação Condor. São Paulo, 13/ 01/2008. p.A4.

²⁶⁴ Ibid, p.A4.

²⁶⁵ ÉPOCA. Em busca do guerrilheiro italiano. São Paulo, 31/12/2007. p.24.

²⁶⁶ ESTADO DE SÃO PAULO. Ação na Tríplice Fronteira até hoje não foi esclarecida. São Paulo, 31/12/2007. p.A4.

²⁶⁷ VEJA. Feridas Abertas. São Paulo, 17/05/2000. p.43-44.

se formaram nesse centro militar, entre 1966 e 1985, período em que o local serviu de ensino de técnicas de tortura e combate à guerrilha²⁶⁸. Além do Cigs, foi criada em 1973, a Escola Nacional de Informações (ESNI), responsável pelo treinamento de oficiais na área de inteligência²⁶⁹. Vários militares estrangeiros vieram estudar na ESNI, principalmente chilenos. Existem suspeitas de que o próprio Coronel Manuel Contreras, chefe da DINA, tenha recebido treinamento no Brasil²⁷⁰. Segundo o sargento Marival Chaves, desde a década de 1960, militares argentinos, chilenos e uruguaios participaram de treinamentos no DOI-CODI, de São Paulo, em operações de combate à guerrilha.²⁷¹

4.2.2 O seqüestro de estrangeiros no Brasil

Com relação à Operação Condor, embora o Brasil não tenha se envolvido ativamente nesse esquema repressivo (o país não participou da fase três da operação²⁷²), sua participação é implícita a um acordo tácito com os demais países membros. Assim, o país aderiu ao acordo original entre Argentina, Uruguai, Chile, Bolívia e Uruguai, em 1976, na troca de informações sobre o “terrorismo” e a “subversão”²⁷³. A relutância do Brasil em participar, diretamente, desta organização, também aparece em um depoimento do General Ernesto Geisel, o então presidente do país. Segundo ele,

Na minha época houve uma tentativa de fazer uma espécie de união do Brasil com Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia para o combate das ações subversivas, mas eu fui contra, seja porque essas ações já eram muito reduzidas entre nós, seja porque essa união não me merecia muita confiança e envolvia relações que considere indesejáveis. (...) Sempre me opus a isso, admitindo apenas a troca de informações²⁷⁴.

No entanto, um ano antes da instalação do Plano Condor, em 18 de janeiro de 1974, o próprio Geisel dialoga, de maneira chocante, com o tenente-coronel Germano Pedrozo, chefe de sua segurança:

Geisel: Pegaram alguns?

Pedrozo: Pegamos. Pegamos. Foram pegos quatro argentinos e três chilenos.

Geisel: E não liquidaram, não?

²⁶⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. Exército ensinou tortura a estrangeiros. São Paulo, 15/06/2008, p.A12.

²⁶⁹ QUADRAT, Operação Condor..., **op.cit**, p.177.

²⁷⁰ DINGES, **op.cit**, p.109.

²⁷¹ ESTADO DE SÃO PAULO. Entrevista: Marival Chaves. São Paulo, 27/12/2007. p.A6.

²⁷² *Dec by Condor Countries to suspend operations in Europe*, 12/08/1976, p.2. <http://www.foia.ucia.gov/browse_docs_full.asp> Acessado em 16 de julho de 2009.

²⁷³ *Ibid*, p.2.

²⁷⁴ QUADRAT, O Brasil sob..., **op.cit**, p.168-169.

Pedrozo: Ah, já, há muito tempo. É o problema, não é? Tem elementos que não adianta deixar vivo, aprontando. Infelizmente, é o tipo da guerra suja em que, se não se lutar com as mesmas armas deles, se perde. Eles não têm o mínimo escrúpulo.
Geisel: É, o que tem que fazer é que tem que nessa hora agir com muita inteligência, para não ficar vestígio nessa coisa.²⁷⁵

Em depoimentos à imprensa, ex-integrantes do regime militar brasileiro confirmam que o país participou dessa união entre os governos militares da região. Segundo eles, esse envolvimento consistiu na prisão de estrangeiros procurados pelas ditaduras do Cone Sul que estavam no Brasil, e sua deportação ao seu país de origem²⁷⁶. Além disso, segundo o ex-agente do Centro de Informações do Exército (CIE), Marival Chaves, o CIE teria agido em operações conjuntas com os serviços secretos militares da Argentina e do Chile, com o objetivo de controlar e monitorar argentinos e chilenos que transitavam pelo Brasil²⁷⁷. Portanto, existem indícios de que a ditadura brasileira consentiu em participar das atividades de órgãos repressivos de regimes militares do Cone Sul dentro de seu território, no que diz respeito ao seqüestro de estrangeiros.

Um desses casos (de estrangeiros seqüestrados no Brasil) ganhou ampla repercussão e foi um dos primeiros casos confirmados da Operação Condor. Em novembro de 1978, agentes do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) de Porto Alegre ajudaram oficiais da Companhia de Contra-Informações do Exército do Uruguai a seqüestrar Universindo Diaz, Lilian Celiberti e os dois filhos dela, Camilo e Francesca. Integrantes da organização de esquerda uruguaia PVP, Lilian e o amigo Universindo estavam exilados na capital do Rio Grande do Sul, elaborando um dossiê sobre violações dos direitos humanos no Uruguai²⁷⁸.

Porém, a operação resultou em um grande fracasso quando dois jornalistas brasileiros chegaram ao apartamento das vítimas e se defrontaram com os policiais e os uruguaios. Os jornalistas brasileiros reconheceram alguns dos policiais envolvidos na ação e acabaram denunciando o seqüestro²⁷⁹. Com a publicação desse caso na imprensa, o seqüestro ganhou repercussão, e a OAB do Rio Grande do Sul e o Movimento de Justiça dos Direitos Humanos passaram a acompanhar o caso²⁸⁰. As pressões por parte da imprensa e de organizações da sociedade civil frustraram o plano dos oficiais em manter a operação em sigilo.

²⁷⁵ Ibid, p.169.

²⁷⁶ ESTADO DE SÃO PAULO. General admite que Brasil prendeu estrangeiros na Operação Condor. São Paulo, 30/12/2007, p.A4; FOLHA DE SÃO PAULO. Brasil participou da Condor, diz Passarinho. São Paulo, 04/01/2008, p.A8.

²⁷⁷ ESTADO DE SÃO PAULO. Entrevista Marival..., **op.cit**, p.A6.

²⁷⁸ MARIANO, **op.cit**, p.149.

²⁷⁹ QUADRAT, O Brasil sob..., **op.cit**, p.171.

²⁸⁰ PADROS, O Rio Grande do Sul..., **op.cit**, p.381-382.

Segundo Enrique Serra Padrós, a presença da imprensa, no local do seqüestro, limitou o sucesso da operação e permitiu a sobrevivência dos quatro seqüestrados²⁸¹. Além disso, a denúncia dos jornalistas brasileiros impediu que a versão do chefe do SNI, General Octávio Medeiros, ganhasse força. Medeiros afirmou, na época, que Lilian e Universindo haviam sido presos quando tentavam entrar no Uruguai²⁸². Os uruguaios, seqüestrados no Brasil, ficaram presos cinco anos no Uruguai, sendo depois libertados. Esse caso também produziu uma inédita condenação judicial contra agentes repressores do Brasil, ainda durante a ditadura militar. Em julho de 1980, o Juiz Moacir Danilo Rodrigues, da 3ª Vara Criminal de Porto Alegre, condenou dois agentes do Dops a seis meses de detenção pela participação de ambos no seqüestro²⁸³.

Outros estrangeiros também foram vítimas de ações repressivas dentro do Brasil. Dentre os casos comprovados, temos o seqüestro dos ítalo-argentinos Lorenzo Ismael Viñas e Horacio Campiglia, dois integrantes do grupo guerrilheiro argentino Montoneros, que foram capturados no Brasil, em 1980²⁸⁴. Como prova do envolvimento brasileiro nos seqüestros, o jornal Folha de São Paulo reproduziu um documento originário da embaixada dos EUA, na Argentina, segundo o qual uma fonte militar argentina havia confessado que o Brasil autorizou uma operação da inteligência militar argentina para capturar Horacio Campiglia, e sua mulher Monica Binstock, durante sua passagem pelo Rio de Janeiro²⁸⁵. Segundo a Folha, a operação efetivamente aconteceu e os dois montoneros, após terem sido seqüestrados no Brasil, foram transportados até a Argentina, onde há indícios de que os dois tenham sido assassinados num dos “vôos da morte”- arremessados ao mar por um avião²⁸⁶.

4.2.3 A posição do regime militar brasileiro

Podemos pensar em uma especificidade do caso brasileiro dentro dessa organização repressiva. Através da consulta ao site do grupo Tortura Nunca Mais, observamos que o maior número de mortes no Brasil, vítimas da repressão, ocorrem entre 1969 a 1973²⁸⁷, período

²⁸¹ Ibid, p.387.

²⁸² QUADRAT, O Brasil sob..., **op.cit.**, p.171.

²⁸³ MARIANO, **op.cit.**, p.151.

²⁸⁴ FOLHA DE SÃO PAULO. Se Itália pedir, Condor pode ser investigada, diz ministro. São Paulo, 27/12/2007. p.A4.

²⁸⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. Papel dos EUA afirma que Brasil autorizou seqüestro. São Paulo, 28/12/2007, p.A6.

²⁸⁶ Ibid, p.A6.

²⁸⁷ **Militantes políticos mortos.** < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/md.asp?Refresh=2009080515163912407969&tipo=0>> Acessado em 05 de agosto de 2009.

correspondente ao governo Médici, portanto antes da criação dessa organização transnacional. Com isso, o regime militar brasileiro priorizou o combate a seus opositores, essencialmente, dentro do país, relutando em perseguir seus opositores fora de suas fronteiras nacionais. Assim, seu envolvimento em ações no exterior, após a criação dessa organização em 1975, foi reduzida, devido ao início da abertura política iniciada com o governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

No período após 1975, as ações executadas pelos militares brasileiros restringiram-se ao seqüestro de estrangeiros, residentes no Brasil, por parte de órgãos repressivos dos demais países com a participação e/ou consentimento das autoridades brasileiras. Segundo Samantha Quadrat, os motivos que levaram o Brasil a ter uma atuação menor, nesse momento, estão relacionados à dinâmica da ditadura militar brasileira, que iniciava a longa transição à democracia, e de sua estrutura repressiva interna, que relutava em envolver-se ativamente com os serviços de inteligência dos demais países²⁸⁸.

No entanto, as ações ocorridas dentro do Brasil revelam os limites do processo de abertura política que vivia o país, já que, como afirma Quadrat, as forças de segurança continuavam ativas, na busca de informações e em ações repressivas²⁸⁹. Embora o regime iniciasse o longo processo de redemocratização, ele continuava a colaborar com as ditaduras militares da região na execução de ações criminosas.

4.3 A BUSCA POR JUSTIÇA

A partir da década de 1980, esse plano repressivo é desmontado, ao mesmo tempo em que as ditaduras militares cederam espaço aos regimes democráticos, na América Latina. A abertura política possibilitou o início de discussões e investigações por parte de organizações de defesa dos direitos humanos sobre os crimes cometidos durante as ditaduras, entre eles a cooperação repressiva entre as ditaduras. Porém, as investigações judiciais nos países do Cone Sul não prosperam em razão das leis de anistia, promulgadas pelos governos militares. A princípio, existiam apenas suspeitas sobre essa colaboração entre as ditaduras militares, sem nenhuma comprovação documental.

A existência dessa organização acaba sendo comprovada em 1992, graças à descoberta, nos arredores de Assunção, dos arquivos das forças de repressão da ditadura de Alfredo Strossner do Paraguai, conhecido desde então como “Arquivo do Horror”. Além dos

²⁸⁸QUADRAT, O Brasil sob..., **op.cit**, p.171-172.

²⁸⁹ Ibid, p.172.

documentos da repressão paraguaia, foi encontrada também a documentação enviada por Manuel Contreras, chefe da DINA, aos demais países da região, sugerindo a criação de uma cooperação entre os regimes militares do Cone Sul para combater a “subversão” no continente.

Paralelamente a essas descobertas, famílias de vítimas européias (italianas, espanholas, francesas) da Operação Condor começaram a acionar a justiça de seus países para condenarem os responsáveis desses crimes. Países como França, Espanha, Itália abriram então processos judiciais para investigarem a responsabilidade dos governos militares do Cone Sul no assassinato e desaparecimento de cidadãos de seus países²⁹⁰. Em 1990, a justiça da França condenou o militar argentino Alfredo Astiz, pela morte de duas freiras francesas em 1977²⁹¹. Entre as investigações judiciais de maior repercussão internacional, destacamos o processo do juiz espanhol Baltazar Garzón, que investigava a morte de cidadãos espanhóis pela ditadura chilena. Em 1998, Garzón determinou a prisão do ex-ditador Augusto Pinochet, apontado como o responsável por assassinatos de cidadãos espanhóis no período em que esteve à frente do governo chileno. Pinochet, que morreu em 2006, embora tenha permanecido 503 dias detido em Londres²⁹², foi liberado pelas autoridades britânicas.

Outro país europeu que iniciou investigações sobre a Operação Condor foi à Itália. Desde 1999, o Procurador italiano Giancarlo Capaldi investiga o desaparecimento de cidadãos italianos vítimas dessa união entre as ditaduras. Essa investigação culminou, em dezembro de 2007, em um mandado de prisão, expedido por um juiz italiano contra 140 oficiais e militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Peru, suspeitos no envolvimento da morte de 25 italianos durante as ditaduras militares, na década de 1970²⁹³. Se essa ação dificilmente terá algum resultado legal, já que as constituições dos países do Cone Sul impedem a extradição de cidadãos de seus próprios países para serem julgados em outros países²⁹⁴, ela tem por mérito divulgar, no estrangeiro, a responsabilidade dos crimes cometidos por esses países.

Recentemente países como Argentina, Chile ou Uruguai já julgaram ou abriram processos contra militares acusados de envolvimento nessa união repressiva. No Uruguai, o ex-ditador Gregório Alvarez (1981-1985) foi condenado pelo desaparecimento forçado de 20

²⁹⁰ DINGES, *op.cit*, p. 355-356.

²⁹¹ VEJA. Justiça que vem de fora. São Paulo, 29/12/2007, p.31.

²⁹² *Ibid*, p.31.

²⁹³ ESTADO DE SÃO PAULO. Juiz italiano manda prender 13 brasileiros. São Paulo, 26/12/2007. p.A6.

²⁹⁴ FOLHA DE SÃO PAULO. Extradições não devem se concretizar. São Paulo, 27/12/2007, p.A5.

pessoas, detidas na Argentina e transferidas para o Uruguai²⁹⁵. No Chile, o Coronel Manuel Contreras, ex-chefe da DINA e um dos mentores dessa cooperação repressiva, cumpre penas que somam 180 anos por crimes relacionados à Operação Condor²⁹⁶. Na Argentina, a Suprema Corte considerou que a lei de anistia aos militares era inconstitucional. Com isso, abriu-se o caminho para que se instaurassem inquéritos contra os militares acusados de crimes ocorridos durante a ditadura militar²⁹⁷.

Por fim, observamos que, no caso brasileiro, os possíveis culpados dessas ações não receberam nenhuma punição. O impedimento da abertura de processos contra militares brasileiros decorre da vigência da Lei de Anistia, promulgada em 1979, que tornam esses crimes anistiados, ou considerados prescritos pela legislação brasileira²⁹⁸. Por outro lado, especialistas em direito, como Deisy Ventura, professora de direito internacional da USP, e Flávia Piovesan, professora da PUC-SP, afirmam que crimes como a tortura são imprescritíveis pelo direito internacional e não são cobertos pela Lei de Anistia²⁹⁹. Segundo Piovesan, “A interpretação padrão, no Brasil, é de que a Anistia perdoou os dois lados em nome de uma reconciliação nacional. Mas, do ponto de vista do direito internacional, é inaplicável qualquer anistia. A tortura é um crime cuja gravidade impede sua prescrição”³⁰⁰. Segundo a mesma, é dever do Estado investigar, processar e punir esse tipo de violação dos direitos humanos, sob o risco de a impunidade gerar uma violação continuada da ordem internacional³⁰¹.

²⁹⁵ FOLHA DE SÃO PAULO. Chile, Uruguai e Argentina já condenaram ou vão julgar autoridades. São Paulo, 27/12/2007, p.A6.

²⁹⁶ Ibid, p.A6.

²⁹⁷ VEJA. Justiça..., **op.cit**, p.31

²⁹⁸ FOLHA DE SÃO PAULO. Para ex-chanceler, ação não vai prosperar. São Paulo, 27/12/2007, p.A5.

²⁹⁹ FOLHA DE SÃO PAULO. Terrorismo de Estado, 19/11/2008 <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1911200808.htm>>; ESTADO DE SÃO PAULO. Á falta de uma justiça de transição, 09/08/2008. <http://www.estadao.com.br/suplementos/not_sup220734.0.htm> Acessado em 18 de julho de 2009.

³⁰⁰ Ibid.

³⁰¹ Ibid

5 CONCLUSÕES

Assim, procuramos nessa monografia aprofundar o entendimento sobre a Operação Condor. Em primeiro lugar, identificamos que essa organização transnacional é resultado do contexto da Guerra Fria, que na América Latina resultou no embate entre, de um lado, a esquerda revolucionária no continente, que inspirada pela Revolução Cubana, optou pela luta armada como forma de se chegar ao poder. De outro lado, temos as Forças Armadas da região, que acreditando ser a “subversão” uma ameaça continental, agiram de forma conjunta para combater essa ameaça comunista.

Em segundo lugar, observamos que esse aparato repressivo criado pelas ditaduras militares agia de forma secreta, através da troca de informações, bem como perseguindo seus opositores que estavam refugiados nos países do Cone Sul e também na Europa e nos Estados Unidos. Durante essas operações, tornou-se comum por parte das forças de segurança a utilização de práticas ilegais contra seus opositores, como seqüestros, interrogatórios sob tortura, assassinatos, transferência ilegal do prisioneiro a seu país de origem e em muitos dos casos o desaparecimento forçado da vítima.

Em terceiro lugar, as ações dessa organização no Cone Sul concentraram-se especialmente na Argentina, país da região que concentrava o maior número de refugiados políticos. Nesse país, a violenta repressão interna da ditadura argentina também atingiu os refugiados localizados no país devido aos acordos da Operação Condor, que possibilitaram a ação de órgãos de segurança, principalmente do Chile e Uruguai. As vítimas dessa organização foram principalmente militantes de grupos da esquerda armada, porém indivíduos sem envolvimento com a luta armada, como líderes políticos civis e militares também foram mortos. Com relação às ações no exterior, elas foram executadas principalmente pela ditadura militar chilena de Augusto Pinochet, e consistiram no assassinato de opositores localizados na Europa e nos EUA.

Em quarto lugar, os Estados Unidos, embora não participassem ativamente das ações dessa organização, sabia de sua existência e de suas ações mais controversas, como o assassinato de opositores. Como vimos anteriormente, os EUA não se opuseram às ações desse aparato repressivo, pelo fato do país considerar os governos militares do Cone Sul aliados no combate ao comunismo. Por esse mesmo motivo, o governo americano também financiou e ofereceu treinamento aos militares sul-americanos no combate ao comunismo.

Com relação à participação do Brasil nesse esquema repressivo, observamos que as ações do país no exterior tiveram início antes mesmo da criação desse esquema repressivo,

combatendo forças de esquerda da região e perseguido brasileiros exilados. Após a criação da Condor em 1975, as ações se concentram no seqüestro de estrangeiros residentes no país por órgãos repressivos estrangeiros, contando com a colaboração e consentimento das autoridades brasileiras. Como vimos anteriormente, o regime militar brasileiro concentrou-se em perseguir seus opositores dentro do país. Além disso, no período de criação desse esquema repressivo, o governo militar iniciava a longa transição à democracia, o que significou um abrandamento das medidas repressivas. Por fim, destacamos os principais processos judiciais abertos na Europa e nos países do Cone Sul para investigar essas ações repressivas. Apesar dos avanços ocorridos, ainda existe um longo caminho para ser percorrido na busca por justiça.

Entendemos assim que a Operação Condor constituiu-se em um aparato repressivo que não reconhecia limites para a execução de suas ações. É importante lembrarmos que a princípio o intercâmbio de informações bem como o contato entre militares e policias de vários países é uma atividade legal e freqüente. Porém, no Cone Sul na década de 1970, essas relações levaram a montagem de um aparato ilegal que derrotou seus adversários através da tortura e assassinato³⁰². Nesse período turbulento, o papel das ideologias também ajuda a entendermos a criação dessa organização, principalmente o virulento anticomunismo presente dentro das Forças Armadas da região. Na ótica dos militares, o comunismo constituía-se em uma ideologia totalitária, contrária aos interesses nacionais por estimular a divisão de classes dentro do país, cabendo aos militares combaterem os portadores e difusores dessa ideologia dentro da nação³⁰³. Observamos que esse sentimento anticomunista está presente no já citado documento de fundação desse esquema repressivo, no qual é delineado um tenebroso quadro, afirmando que os países do Cone Sul enfrentam uma ameaça comunista internacional e bem organizada, que se infiltra e agride todos os países da região³⁰⁴. Em nome do combate ao comunismo, as forças de segurança do Cone Sul cometeram crimes através das fronteiras, violaram leis nacionais e internacionais, agindo em segredo e na total impunidade³⁰⁵.

A montagem desse aparato repressivo acaba nos revelando a natureza do fenômeno autoritário na América Latina, marcado pela censura e sigilo das ações oficiais. Os regimes autoritários da região, além de restringirem a liberdade de expressão e informação, não agiam de forma transparente. Justamente pelo fato de executarem ações que desrespeitavam as leis, os regimes militares tinham a preocupação de agirem secretamente e não deixarem provas do

³⁰² SANTOS, *op.cit.*, p.80.

³⁰³ PADRÓS, *Repressão*, *op.cit.*, p.144-146.

³⁰⁴ *Primera reunion*, *op.cit.*, p.155.

³⁰⁵ MCSHERRY, *op.cit.*, .159.

seu envolvimento em assassinatos e seqüestros. A própria prática do desaparecimento de prisioneiros, utilizada especialmente pela ditadura argentina, funcionava como uma forma de isentar o Estado de qualquer envolvimento³⁰⁶.

Por fim, ressaltamos também que este trabalho procurou aprofundar o conhecimento desta temática ainda pouco estudada e conhecida no Brasil. A falta de atenção da historiografia brasileira para este tema decorre principalmente da falta de abertura dos arquivos secretos das Forças Armadas Brasileiras³⁰⁷. A inexistência de fontes nacionais que tratassem sobre o tema foi uma dificuldade constante durante a nossa pesquisa, obrigando a trabalharmos essencialmente com fontes estrangeiras e informações divulgadas pela imprensa nacional. Provavelmente os arquivos do período da ditadura militar brasileira possuam valiosas informações que permitam compreendermos o alcance e o grau de envolvimento do Brasil dentro dessa organização repressiva, bem como a natureza das relações do Brasil com as demais ditaduras do Cone Sul. Na opinião de John Dinges, um dos especialistas no estudo dessa temática,

É indiscutível dizer que há muitos documentos nos arquivos secretos brasileiros sobre a Operação Condor e as ditaduras na América Latina (...). O Brasil recebia todas as comunicações oficiais da Operação Condor. O Brasil era uma importante fonte para a CIA na Operação Condor. Ao examinar os documentos secretos americanos fica bastante claro que as informações vinham do Brasil³⁰⁸.

Apesar destas dificuldades, nosso trabalho procurou dar uma pequena contribuição para uma temática que ainda pode ser intensamente explorada, sendo antes necessário que os documentos militares secretos sejam tornados públicos. Dessa forma, poderemos compreender melhor um período muito importante da história recente do Brasil e da América do Sul.

³⁰⁶ QUADRAT, Memória, direitos humanos..., **op.cit**, p.2.

³⁰⁷ Em dezembro de 2002, pouco antes de deixar a presidência, Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto nº4.553, que, entre outros pontos, ampliou radicalmente os prazos de abertura dos documentos considerados sigilosos. No caso dos documentos ultra-secretos, o prazo foi estendido para 50 anos, com a possibilidade de renovação por tempo indeterminado.

³⁰⁸ ÉPOCA. Entrevista de John Dinges. São Paulo, 14/01/2008. p.46.

REFERÊNCIAS

AGGIO, Alberto. O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In: ARAUJO, Maria Paula Nascimento et al. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.77-93.

ANTUNES, Priscila. Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile. In: ARAUJO, Maria Paula Nascimento et al. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.201-244.

ARAUJO, Maria Paula. Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970. In: _____. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.247-273.

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucilia; FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**. O Tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.4, 2007. p.13-43.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CELS. **Uruguay/Argentina: Coordinación repressiva**.
<<http://www.cels.org.ar/documentos/index.php?info=documentosF&ids=3&lang=es&ss=125>>
> Acessado em 16 de julho de 2009.

CHILE, DINA, **Primera Reunion de Trabajo de Inteligência Nacional**, 29/10/1975, p.155.
<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239d/index.htm>> Acessado em 14 de julho de 2009.

_____, **Acta de clausura de la primera reunion interamericana de inteligencia nacional**, 28/11/1975, p.196.
<<http://www.johndinges.com/condor/documents/Acta%20final.htm>> Acessado em 10 de agosto de 2009.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. O poder militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUYA, Esteban. **La "Operación Condor"**: El terrorismo de estado de alcance transnacional. In: KO'AGA ROÑE'ETA se. vii (1996).
<<http://www.derechos.org/vii/1/cuyas.html>> Acessado em 18 de agosto de 2009.

DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. **História do Século XX**. 3º volume. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

_____. DROZ, Bernard; ROWLEY, Anthony. **História do Século XX**. 4º volume. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

ÉPOCA. Em busca do guerrilheiro italiano. São Paulo, 31/12/2007. p.24.

_____. Entrevista de John Dinges. São Paulo, 14/01/2008. p.46.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, Departamento de Estado. **Trends in the Southern Cone**, 20/07/1976, p.2. <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB125/index.htm>> acessado em 05 de agosto de 2009.

_____. **Southern Cone Security Practices**, 23/07/76, p.2; <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB73/760723.pdf>> Acessado em 16 de julho de 2009.

_____. **Government of Argentina silent on Uruguay revelation of terrorist plot**, 02/11/76 p.2 <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB73/761102dos.pdf>> Acessado em 16 de julho de 2009.

_____, CIA, **CIA Weekly Summary**, 02/07/1976, p.2. <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB125/condor02.pdf>> Acessado em 16 de julho de 2009.

_____, **Operation Condor**, 30/07/1976, p.1. <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB125/condor04.pdf>> Acessado em 21 de agosto de 2009.

_____, **Dec by Condor Countries to suspend operations in Europe**, 12/08/1976, p.2. <http://www.foia.ucia.gov/browse_docs_full.asp> Acessado em 16 de julho de 2009.

_____, FBI, **Chilbom/Condor**, 28/09/1976, p.2. <<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB8/ch23-01.htm>> Acessado em 14 de julho de 2009.

_____, Departamento de Defesa, **Counter Subversion**,
22/09/1976, p.2.
<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB185/19760922%20Counter%20Subversion%20dia%20small.pdf>> Acessado em 20 de agosto de 2009.

_____, **Special Operations**, 01/10/1976, p.1.
<<http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB185/19761001%20Special%20Operations%20Forces%20small.pdf>> Acessado em 21 de agosto de 2009.

ESTADO DE SÃO PAULO. Ação na Tríplice Fronteira até hoje não foi esclarecida. São Paulo, 31/12/2007. p.A4.

_____. Entrevista: Marival Chaves. São Paulo, 27/12/2007. p.A6.

_____. General admite que Brasil prendeu estrangeiros na Operação Condor. São Paulo, 30/12/2007, p.A4

_____. Juiz italiano manda prender 13 brasileiros. São Paulo, 26/12/2007. p.A6.

_____. Á falta de uma justiça de transição, 09/08/2008.
<http://www.estadao.com.br/suplementos/not_sup220734,0.htm> Acessado em 18 de julho de 2009.

FERNANDES, Florestan. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

FICO, Carlos. O golpe de 1964 e o papel do governo dos EUA. In: ARAUJO, Maria Paula Nascimento et al. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.53-76.

FOLHA DE SÃO PAULO. A repressão na América do Sul. São Paulo, 28/12/2007. p.A4.

_____. Esquerdas também procuraram colaboração. São Paulo, 13/01/2008, p.A4.

_____. Médicos e Nixon planejaram derrubar Allende. São Paulo, 16/08/2009. p.A14.

_____. Cooperação na repressão foi anterior à Operação Condor. São Paulo, 13/01/2008. p.A4.

_____. Exército ensinou tortura a estrangeiros. São Paulo, 15/06/2008, p.A12.

_____. Brasil participou da Condor, diz Passarinho. São Paulo, 04/01/2008, p.A8.

_____. Se Itália pedir, Condor pode ser investigada, diz ministro. São Paulo, 27/12/2007. p.A4.

_____. Papel dos EUA afirma que Brasil autorizou seqüestro. São Paulo, 28/12/2007, p.A6.

_____. Extradicações não devem se concretizar. São Paulo, 27/12/2007, p.A5.

_____. Chile, Uruguai e Argentina já condenaram ou vão julgar autoridades. São Paulo, 27/12/2007, p.A6.

_____. Para ex-chanceler, ação não vai prosperar. São Paulo, 27/12/2007, p.A5.

_____. Terrorismo de Estado, 19/11/2008. <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1911200808.htm>> Acessado em 18 de julho de 2009.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e queda das grandes potências**. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KOCKA, Jürgen. Comparison and Beyond. In: History and Theory, 42, February 2003, p.39-44. Wesleyan University.

MARIANO, Nilson. **As garras do condor**. Petrópolis: Vozes, 2003.

Militantes políticos mortos. < <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/md.asp?Refresh=2009080515163912407969&tipo=0>> Acessado em 05 de agosto de 2009.

MCSHERRY, J. Patrice. **Operation Condor: Clandestine Inter-American System**. Social Justice. Winter 1999, v.26, N° 4, p.144-171. <<http://larc.sdsu.edu/humanrights/rr/PLAarticles/mcsherry.html>> Acessado em 14 de julho de 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Anticomunismo Militar. In: João Roberto Martins Filho. (Org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar**. 1° ed. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2006. p.9-26.

OLIVEIRA, Marcus Roberto. **A ideologia anticomunista no Brasil**. In: Revista de Sociologia e Política, n.23, p.185-188, Curitiba, Nov.2004.

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: ARAUJO, Maria Paula Nascimento et al. **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p.143-178.

_____. **O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao vôo rasante da Operação Condor em Porto Alegre**. In: Ciências e Letras (Porto Alegre), v. 41, p. 359-389, 2007. <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>> Acessado em 15 de julho de 2009.

POLICZER, Pablo. A polícia e a política de informações no Chile durante o governo Pinochet. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 22, 1998.

QUADRAT, Samantha Viz. **O sistema de informações e a ditadura militar no Brasil**. p.1. <<http://www.rj.anpuh.org/Anais/1998/autor/Samantha%20Viz%20Quadrat.doc>> Acessado em 04 de setembro de 2009.

_____. **Operação Condor: o “Mercosul” do terror**. In: Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.XXVIII, n.1, p.167-182, 2002.

_____. O Brasil sob a asa sombria do Condor. In: João Roberto Martins Filho. (Org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar**. 1° ed. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2006. p.161-181.

_____. **Memória, direitos humanos e política na Argentina Contemporânea**, p.1.
<<http://www.rj.anpuh.org/Anais/2002/Comunicacoes/Quadrat%20Samantha%20V.doc>>
Acessado em 11 de setembro de 2009.

_____. **O direito à identidade**: a restituição de crianças apropriadas nos porões das ditaduras militares do Cone Sul. In: *História*, São Paulo, v.22, n.2, p.167-181, 2003.

REMOND, René. **O século XX**. São Paulo: Cultrix, 1998.

SÁBATO, Ernesto. **Nunca mais**: Informe da comissão nacional sobre o desaparecimento de pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, 1984.

SANTOS, Márcia Guena dos. **Arquivo do horror**. Documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980). São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 1996.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Resistência civil contra regimes autoritários: o exemplo da imprensa alternativa no Brasil. In: SZESZ, Christiane; RIBEIRO, Maria Manoela; LEITE, Renato Lopes. (Org.). **Portugal-Brasil no século XX**: Sociedade, cultura e ideologia. 1º ed. Bauru: EDUSC, 2003, v. 1. p.87-106.

VEJA. Feridas Abertas. São Paulo, 17/05/2000. p.43-44.

_____. Justiça que vem de fora. São Paulo, 29/12/2007, p.31.